



UC/FPCE_2014

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

A violência nas relações íntimas: prevalência e estudo de relações com a confiança interpessoal e com a esperança

Bárbara Damiana Fornelos Minas (e-mail: barbara.fminas@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento sob a orientação da Professora Doutora Maria da Luz Bernardes Rodrigues Vale Dias

A violência nas relações íntimas: prevalência e estudo de relações com a confiança interpessoal e com a esperança

A violência é um fenómeno cuja incidência abrange os mais diversos grupos populacionais à escala Universal e não discrimina sexo, idade, etnia, raça, classe social e religião. O facto de ser uma problemática complexa e interligada com outras tantas, desde o domínio individual ao social, aumenta a necessidade de intervenção.

O presente estudo exploratório propõe-se a analisar a prevalência de violência nas relações íntimas dos participantes bem como a sua relação com a confiança interpessoal, em específico no parceiro amoroso, e a esperança no futuro.

A amostra foi composta por 302 sujeitos, com idades compreendidas entre os 18 e os 63 anos ($M= 29$; $DP=10.78$). A recolha de dados realizou-se através da aplicação da Adaptação Portuguesa da “Rotenberg’s Specific Trust-Scale-Adults”, da “Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal” (Machado, Matos & Gonçalves,2000), do “Inventário de Violência Conjugal” (Machado, Matos & Gonçalves,2000) e da “Escala do Futuro” (Pais Ribeiro, Marques e Matos, 2006).

Os resultados obtidos revelam a existência de associações negativas fracas, mas estatisticamente significativas, entre a confiança interpessoal e a violência, quer considerando a vitimação, quer a perpetração. A análise da relação entre os diferentes aspetos da violência e os fatores da esperança revelou correlações sem valor empírico. Embora modestos, foram encontrados resultados que mostram o estabelecimento de algumas relações positivas significativas entre certos fatores da esperança e da confiança interpessoal. Os resultados revelam também prevalências preocupantes de violência nas relações íntimas, quer nas relações atuais quer nas relações passadas. É ainda possível verificar algumas diferenças significativas nas crenças legitimadoras de violência conjugal segundo a idade, o sexo e o nível socioeconómico. Este estudo caracteriza a qualidade de relacionamentos íntimos em adultos, em termos de violência, considerando diversos tipos, papéis e crenças. As sugestões e limitações do estudo assim como a sua possível utilização em investigações futuras são também apresentadas e discutidas.

Palavras-chave: confiança interpessoal, esperança, violência, violência nas relações íntimas.

Violence in intimate relationships: prevalence and study of relationships with interpersonal trust and hope

Violence is a phenomenon whose incidence covers the most diverse population on a universal scale. It does not discriminate gender, age, ethnicity, race, social class and religion. Being a problematic so interconnected with many others increase the need for intervention.

This exploratory study aims to investigate the possibility of violence in intimate relationships of the participants, as well as their relationship with interpersonal trust, particularly in the loving partner and hope for the future.

The sample includes 302 subjects, aged 18 to 63 years ($M = 29$, $SD = 10.78$). Data collection was performed through a protocol that includes a sociodemographic questionnaire, the Portuguese adaptation of "Rotenberg's Specific Trust-Scale-Adults", the "Scale of Beliefs about Marital Violence" (Machado, Matos & Gonçalves, 2000), the "Inventory of Marital Beliefs" (Machado, Matos & Gonçalves, 2000) and the "Scale of the Future" (Pais Ribeiro Marques and Matos, 2006).

The obtained results show the existence of weak, but statistically significant negative associations between interpersonal trust and violence, considering both victimization and perpetration. The analysis of the relationship between different aspects of violence and the hope factors revealed correlations with no empirical value. Although scarce, results show that the establishment of some significant positive relationships between certain factors of hope and interpersonal trust were found. The results also reveal worrying prevalence of violence in intimate relationships, whether in present or in past relationships. It is still possible to observe some significant differences in legitimating beliefs of marital violence by age, sex and socioeconomic status. This study characterizes the quality of intimate relationships in adults, in terms of violence, considering various types, roles and beliefs. Suggestions and limitations of the study as well as its possible use in future investigations are also presented and discussed.

Key Words: interpersonal trust, hope, violence, violence on intimate relationships.

*À minha irmã Joana, que mesmo sendo criança compreendeu todas as
minhas ausências.*

Agradecimentos

Ninguém escapa ao sonho de voar, de ultrapassar os limites do espaço onde nasceu, de ver novos lugares e novas gentes. Mas saber ver em cada coisa, em cada pessoa, aquele algo que a define como especial, um objecto singular, um amigo, - é fundamental. Navegar é preciso, reconhecer o valor das coisas e das pessoas, é mais preciso ainda."

Antoine de Saint-Exupéry em "O Príncipezinho"

O meu primeiro agradecimento é dirigido à minha mãe, por ser a minha referência. Por todos os sacrifícios e todo o amor.

À minha orientadora, a Professora Doutora Maria da Luz, pelas constantes palavras de encorajamento mesmo nas alturas mais turbulentas. Pelas metas que me foi apresentando e estimulando a ultrapassar. Um exemplo claro de dedicação, preocupação e humanismo.

À Professora Doutora Graciete Borges, pelo acompanhamento e auxílio prestado.

Obrigado à Ana Rita e à Mariana Carvalho por todas as horas de desabafos e apoio na conclusão desta etapa.

Ao meu pai, que vive no meu coração.

Ao João Carvalho, por ter alterado a conotação negativa subjacente à palavra padrasto. Por ser um dos seres mais sábios que conheci. Obrigado por toda a educação e valores transmitidos.

Aos meus restantes familiares.

Um sentido obrigado à família que Coimbra me deu: Lisa, Rui, Mafalda, Sofia, Renata, Rita e Samantha.

O meu obrigado especial à Lisa Silva e ao Rui Vais pelo apoio nas horas inacabáveis. Olhando para trás no tempo só consigo agradecer por terem entrado na minha vida.

Agradeço ainda às boas pessoas que me coloriram estes anos em Coimbra: à Catarina, ao Miguel, à Francesca, à Sarinha, à Andreia, à Cláudia, à Leonor, à Cris, à Marta e a tantos outros.

Às minhas velhas amigas vianenses obrigado por nunca cobrarem as minhas repetidas ausências e me demonstrarem que o tempo ou a falta dele, não é um obstáculo à amizade.

Aos meus,

Hoje é o primeiro dia do resto das nossas vidas!

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 1 |
| I – Enquadramento conceptual | 2 |
| 1. O conceito de violência | 2 |
| 1.1.A questão da violência doméstica/ violência nas relações íntimas em Portugal..... | 4 |
| 1.2.Atitudes e crenças subjacentes à violência | 4 |
| 2. Compreender a confiança interpessoal..... | 6 |
| 2.1. Modelo e teoria de Rotenberg..... | 7 |
| 3. O conceito de Esperança | 8 |
| II - Objetivos | 10 |
| III - Metodologia | 11 |
| 1. Descrição da amostra..... | 11 |
| 2. Materiais/instrumentos e procedimentos de investigação adotados. | 13 |
| 2.1.Questionário sociodemográfico | 13 |
| 2.2.“Adaptação Portuguesa da “ <i>Rotenberg’s Specific Trust-Scale-Adults</i> ” | 14 |
| 2.3. Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC) 14 | |
| 2.4.Inventário de Violência Conjugal (IVC) | 15 |
| 2.5. Escala da Esperança-Traço Para Adultos ”Escala do futuro” | 15 |
| 3. Procedimentos de investigação | 16 |
| 3.1 Procedimentos estatísticos | 17 |
| IV - Resultados | 18 |
| 1. Adaptação da escala de confiança interpessoal - <i>Rotenberg’s Specific Trust-Scale-Adults</i> | 18 |
| 1.1. Análise Fatorial Exploratória..... | 19 |
| 2. Relações entre as variáveis em estudo..... | 21 |
| 3. Comportamentos abusivos | 24 |
| 4. Crenças sobre a violência conjugal na amostra total..... | 30 |
| V - Discussão..... | 35 |
| <i>Limitações e propostas para futuras investigações</i> | 39 |
| VI - Conclusão..... | 39 |
| Bibliografia..... | 40 |
| Anexos..... | 47 |

Introdução

No ano de 2003, a Organização Mundial de Saúde (RCM 100/2010) arroga a violência doméstica como um problema que não afeta apenas a família mas a comunidade em geral, considerando-a uma questão ao nível da saúde pública que compromete o desenvolvimento saudável da pessoa agredida e de toda a sociedade.

A violência, especificamente nas relações íntimas, tem suscitado o interesse de muitos públicos, sendo um problema a nível Mundial e acarretando uma grande diversidade de leituras. Desta forma, o fenómeno está longe de ser considerado recente.

De modo a facilitar a análise compreensiva desta temática é necessário considerar a multidimensionalidade e diversidade de conceitos existentes assim como a intencionalidade e natureza da violência. Na realidade, os comportamentos violentos entre parceiros íntimos são uma veracidade que muitos continuam a considerar que deve manter-se na esfera do privado, ainda que exista um enquadramento legal que advoga precisamente o contrário.

A violência enquanto flagelo que rapidamente se difunde afeta também camadas mais jovens da população. Num estudo de Duarte e Lima (2006), um número considerável de participantes já experienciou, em relações de namoro, violência física e/ou psicológica. É, portanto, interessante conhecer quais as dimensões envolvidas neste tipo de incidentes, não só em termos da intervenção como também em termos da prevenção a encetar junto das pessoas envolvidas em relações abusivas (Paiva & Figueiredo, 2003).

Consideramos ser de maior pertinência analisar também a esperança futura e a confiança no parceiro amoroso, de forma a verificar se existe alguma relação entre estas e o papel (de agressor ou vítima) desempenhado numa relação amorosa violenta. A par da análise da prevalência da violência, nos seus múltiplos aspetos, este é um dos objetivos principais deste estudo, realizado junto de indivíduos com idades a partir dos 18 anos.

Para além disso, a adaptação da *Rotenberg's Specific Trust Scale-Adults* para a população portuguesa visa contribuir para a adequação de uma versão para parceiros amorosos e procura dar seguimento a estudos anteriores que têm apostado no aperfeiçoamento das medidas da confiança interpessoal.

I – Enquadramento conceptual

1. O conceito de violência

Nos últimos anos, tem-se assistido a um aumento de preocupações relacionadas com a temática da violência. A partir de uma análise de literatura focada nesta questão é possível verificar que ao longo dos tempos, o conceito de violência tem vindo a transformar-se, sucedendo o mesmo com o conceito de violência doméstica (Maia, 2012).

A violência é descrita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como *“o uso intencional da força física ou do poder, sob a forma de ato ou de ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que cause ou tenha muitas probabilidades de causar lesões, morte, danos psicológicos, perturbações do desenvolvimento ou privação”* (Krug, Dalhberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002, p.5). Mais recentemente, Manita, Ribeiro e Peixoto (2009, p.10) descrevem a violência como qualquer *“uso propositado da força, coação ou intimidação contra um terceiro, e toda a forma de ação intencional que possa ofender a integridade, necessidades e os direitos do indivíduo”*.

Genericamente, a violência pode assumir várias formas e as opiniões têm sido consensuais no que diz respeito à tipologia de agressividade; a sua expressão poderá ocorrer através de diversos comportamentos diretos e/ou indiretos; o abuso pode ser emocional, verbal, físico, sexual, económico ou financeiro (Heise & Garcia-Moreno, 2002).

Quando a violência engloba atos que visam causar danos físicos à vítima independentemente do *modus operandi*, como esbofetear, empurrar, pontapear, atirar objetos, puxar cabelos, espancar e estrangular, estamos perante a violência física (Maia, 2012). Dada a sua maior visibilidade, este tipo de maltrato foi o primeiro a estar relacionado com a temática da violência conjugal (Almeida, 2009).

A violência psicológica é normalmente descrita como um conjunto de atos verbais e/ou não verbais cuja intenção passa sempre por infringir danos no outro; esta inclui insultos, ameaças, críticas, humilhações, desvalorizações, intimidações, isolamento social, privação de contacto com a família e os amigos, revistar objetos pessoais (telemóvel, computador,...), privar de documentação pessoal, negar o acesso a dinheiro ou a cuidados de saúde, entre outros (Redondo, Pimentel, & Correia, 2002).

Por sua vez, a violência sexual passa por obrigar, coagir, ameaçar ou forçar a vítima a práticas sexuais contra a sua vontade, incluindo a violação marital, que muitas vezes não é entendida pelas vítimas enquanto tal. Este tipo de abuso é unanimemente definido como *“uma interação sexual conseguida contra a vontade do outro, através do uso da ameaça, força física, persuasão, uso de álcool ou drogas, ou recurso a uma posição de autoridade”* (Koss, 1988, p.10 citado em Almeida, 2009).

Pesquisas neste âmbito têm indicado que a violência física e sexual são frequentemente precedidas (e acompanhadas) de violência psicológica,

A violência nas relações íntimas: prevalência e estudo de relações com a confiança interpessoal e com a esperança
Barbara Minas (barbara.fminas@gmail.com) 2014

as taxas apresentadas são bastante elevadas e alguns estudos comprovam que o abuso psicológico é aquele que causa dano mais duradouro (Redondo et al. 2012).

Numerosas investigações incidem na problemática da violência doméstica que, apesar de evidenciar ter uma existência antiga, durante infintas décadas foi tratada como um assunto privado, respeitante apenas à família ou ao casal. Esta foi uma realidade que se alterou na transição para a segunda metade do séc. XX, quando esta problemática foi conduzida para um caráter público (Silva, 2012).

Em 2002, a OMS apresentou um “Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde” em que foram revelados perante a opinião pública, importantes e preocupantes dados sobre a violência, verificando-se no ano 2000 mais de 4000 mortes por dia consequentes da perpretação deste fenómeno (Krug, Dalhberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002, p.10)

A violência doméstica, conforme se encontra supracitado, abrange diversas tipologias, sendo que uma das mais comuns é a **violência entre parceiros íntimos (VPI)**. Krug et al. (2002) referem que uma das formas mais comuns de violência é a exercida pelo marido ou companheiro em contexto de intimidade, quer esta ocorra num casamento, numa união de facto, num namoro e também entre homossexuais; não apenas na conjugalidade *strictus sense* (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009; McClure, 1996; Matos, 2006).

O conceito de violência tem evoluído, e subjacente à violência doméstica já não está unicamente a violência de um homem contra uma mulher. Falar em violência doméstica, é falar de um fenómeno que coloca em causa os direitos humanos não só para com o cônjuge mas também com menores (filhos), idosos e ainda pessoas com deficiência (Redondo et al. 2002). Ainda que interligadas, violência doméstica e violência nas relações íntimas são expressões que se referem a realidades distintas (APAV, 2010).

O caminho desta investigação foca-se na VPI. Torna-se evidente a realidade deste fenómeno que, ao contrário daquilo que se acreditava e acredita, é capaz de destruir o outro. Nem sempre relações conjugais ou equiparadas são um sinónimo de amor e respeito mútuo. Caridade e Machado (2006) referem a possibilidade de cerca de 28% dos homens e mulheres em algum momento da sua vida terem estado ou estarem inseridos numa relação com comportamentos abusivos. Afirmam ainda que isto é algo mais provável de acontecer em relações com mais duração e em que existe coabitação.

Para além disso, as experiências de abuso, sejam elas de configuração física, sexual ou psicológica, têm consequências muito significativas nas várias dimensões da saúde do indivíduo. O seu impacto é sentido tanto a curto como a longo prazo (Paiva & Figueiredo, 2003; Redondo, Pimentel, & Correia, 2012).

Como é possível compreender, a violência nas relações de intimidade é um fenómeno transversal e multidimensional, diferenciando-se em termos de tipologias, frequências e severidade.

1.1.A questão da violência doméstica/ violência nas relações íntimas em Portugal

Em Portugal, na década de 80, a violência conjugal tornou-se alvo de interesse científico e adicionalmente proporcionou a criação de novas medidas no setor das políticas sociais; é possível assumir que as contribuições científicas permitiram alargar a consciência social acerca deste fenómeno (Machado, Goncalves, & Matos, 2006).

Segundo o Código Penal Português (artigo 152º), é considerada violência doméstica a execução de maus-tratos psíquicos ou físicos, integrando nestes “*castigos corporais, privação de verdade e ofensas sexuais*”¹. A violência doméstica (na qual se inclui a violência nas relações íntimas) possui o estatuto de crime público (Lei 7/2000), o que significa que o procedimento criminal não está dependente de queixa por parte da vítima, bastando uma denúncia ou o conhecimento do crime para que o Ministério Público promova o processo.

Neste plano, a violência doméstica é descrita como: “(...) *todos os actos de violência física, psicológica e sexuais perpetrados contra pessoas, independentemente do sexo e da idade, cuja vitimação ocorra em consonância com o conteúdo do artigo 152.º do Código Penal*”. Importa evidenciar que este conceito foi alargado a “*ex-cônjuges e a pessoas de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem co-habitação*” (RCM 100/2010, p. 5766).

A nível político, os Planos Nacionais contra a Violência Doméstica dão algumas indicações de mudança. O XVIII Programa do Governo Constitucional possibilitou o surgimento do recente IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011-2013), que segue as políticas nacionais e orientações internacionais nesta área.

O combate à violência doméstica e à violência de género tem ocorrido através da implementação de uma política estruturada, que tem como objetivo proteger as vítimas, condenar os agressores, qualificar profissionais, dotar o País de estruturas de apoio e de atendimento; em suma conhecer e prevenir o fenómeno (Heise, Ellsberg, & Gottmoeller, 2002).

1.2. Atitudes e crenças subjacentes à violência

Ao longo do desenvolvimento, na sua interação com o meio, os sujeitos vão formando crenças relativas àquilo que os rodeia (Beck, 1979, citado em Ferreira, 2011). A análise das atitudes e/ou crenças legitimadoras

¹ Realizados intencionalmente às seguintes pessoas:

“a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge; b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; c) O progenitor de descendente comum em 1.º grau; d) A pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite; É punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.”

da violência assumem particular pertinência no contexto desta investigação, já que diferentes crenças acerca do problema poderão influenciar a conduta daqueles que se encontram envolvidos. É necessário perceber o impacto e as normas sociais que destas advêm. Avaliar as crenças sociais e culturais permitirá melhorar o entendimento das reações dos indivíduos envolvidos e perceber o contexto em que essas práticas surgem (Machado, Matos, & Gonçalves, 2006).

De um modo geral, o fenómeno da violência conjugal é na sua maioria explicado por crenças socioculturais como a distribuição do poder desigual na família, estereótipos de género e a socialização diferencial dos dois sexos (Machado, Matos, & Gonçalves, 2006). É comprovado por alguma literatura existente que em tempos defendeu-se a agressão contra a mulher porque esta tinha a função social de preservar o poder do homem na família ou na relação (Dobash & Dobash, 1979 citado em Cruz, 2014). Os homens cujas suas visões sejam mais tradicionais acerca dos papéis das mulheres têm tendência a adotar comportamentos mais agressivos para com as suas companheiras (Byers & Eno, 1991). Cate e colaboradores (1982 citados em Machado, 2010) demonstraram que a associação entre estas crenças e o comportamento violento é mais robusta no género masculino (i.e. os rapazes manifestam maior aceitação das crenças legitimadoras da violência).

Durante vários anos predominou o realce num conjunto de *stressores* familiares externos que originavam tais atos, como por exemplo o nível socioeconómico baixo e desemprego. De uma outra forma, a violência era considerada como um problema de saúde mental, resultado de alguma doença por parte dos autores dos crimes “*o agressor é violento devido ao álcool*” ou a justificação de violência para com a vítima porque “*se porta mal*” (Matos, 2006).

A propósito de crenças existentes, a violência nas relações de intimidade é reconhecida à escala mundial como um flagelo atual que afeta maioritariamente as mulheres. (Krug et al., 2002). A questão dos estereótipos de género, dentro da problemática da violência, é, com efeito, um assunto sobre o qual importa refletir um pouco.

Desde o início, os movimentos e as organizações feministas tiveram um papel decisivo e impulsionador na teoria e na pesquisa sobre o tema, nomeadamente no que se refere à vítima mulher (Matos, 2006). Existe a crença que a violência é perpetuada no masculino e sofrida no feminino (Machado, 2005). O estudo de Goode (1971) revela que nas mulheres que apresentam um nível mais baixo de educação e pertençam a classes sociais mais baixas, existe uma maior possibilidade de serem maltratadas pelos maridos.

Na realidade, as estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2013), referem que em 82.3% das situações de violência os autores dos crimes são do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade. No entanto, outras pesquisas apontam no sentido em que os atos violentos não são exclusivamente perpetrados pelos homens; mais de 80 estudos foram realizadas com foco num dos fenómenos de violência mais ignorados: o da violência exercida sobre os homens em

contextos de intimidade (Espinosa, 2004).

A maioria das investigações que sustentam a simetria de gênero, contradizem as perspectivas feministas propondo, em alternativa, uma análise neutral do fenómeno no que respeita ao gênero (Matos, 2006).

Em conclusão, qualquer que seja o sexo a ser vitimado, o importante é notar que a violência consiste numa transgressão grave dos direitos humanos e uma das principais ofensas à dignidade dos indivíduos. Os fatores de risco que aumentam a probabilidade de ocorrência ou de manutenção das situações em causa são apenas meros indicadores que deverão ser sempre contextualizados e sem nenhuma sentença associada (Almeida, 2009).

2. Compreender a confiança interpessoal

A confiança é seguramente uma qualidade desejada em qualquer relação próxima. Dada a sua importância crucial, esta é muitas vezes associada como a base de qualquer relacionamento afetivo que, em conjunto com o amor e o compromisso, incitam uma “*relação ideal*” (Hendrick & Hendrick, 1986). Nas teorias das relações interpessoais a confiança interpessoal é tida como o ingrediente mais importante na manutenção de relações funcionais e felizes (Simpson, 2007). Quando uma relação se desintegra poderá ser normalmente resultado ou da falta de confiança (ciúmes) ou como uma traição à confiança (infidelidade) (Rotenberg, 2010).

É sabido que a confiança tem um papel extremamente importante na aprendizagem e no funcionamento humano (Rotenberg, 2010). A existência de níveis básicos de confiança interpessoal é considerada necessária para a sobrevivência da sociedade e para um funcionamento psicológico bem-sucedido e em qualquer relação próxima é uma qualidade desejável (Rempel, Holmes, & Zanna, 1985).

Segundo Rotter (1980), a confiança é considerada como uma variável individual de personalidade. Muitos investigadores descrevem a confiança como uma disposição, um atributo que gera estabilidade na cognição, afeto e comportamentos através de uma variedade de situações e interações com determinados parceiros (Wieselquist, Rusbult, Foster, & Agnew, 1999).

Na área da Psicologia, este constructo é estudado nas diferentes vertentes: a confiança é importante tanto na formação e manutenção de amizades (Rotenberg, 2001) como nas relações românticas (Lamm 1998, citado em Rotenberg, 2001) e ainda em relações estabelecidas nas organizações (Kramer & Tyler 1996, citados em Rotenberg, 2001).

Nas mais diversas abordagens das relações humanas, a compreensão do fenómeno da confiança entre as pessoas e grupos é essencial. São várias as teorias e pesquisas referidas na Psicologia que mencionam a confiança interpessoal (indicada como confiança) nas várias facetas do funcionamento social afetando a saúde mental e física do indivíduo (Rotenberg, 2001; Rotenberg, 2010).

Grandes teorias como a da Vinculação de Bowlby (1969; Rotenberg, 2010) ou a Teoria do Desenvolvimento Psicossocial de Erikson (1963, citado em Simpson, 2007; Rotenberg 2010), são construídas sob a premissa

de que elevados níveis de confiança estabelecidos nas primeiras relações da vida resultarão em relações adultas mais felizes e funcionais. Posto isto, a confiança tem sido apontada como uma variável essencial para o desenvolvimento de uma personalidade saudável e para o estabelecimento de relações familiares adequadas, formação e manutenção de amizades (Rotenberg, 2001).

De acordo com Simpson (2007), é preciso explicar o porquê deste construto não receber muita atenção da literatura, quando a noção de confiança é utilizada desde o início da Psicologia contemporânea como sendo crucial para o desenvolvimento psicossocial (Erikson, 1963, citado em Rotenberg et al., 2010). Em primeiro lugar, a confiança é considerada um construto multidimensional e complexo o que dificulta a sua medição e operacionalização; em segundo lugar, a confiança pode ser construída de diferentes modos, e pode assumir diferentes níveis de importância em diferentes alturas do desenvolvimento de relações. Para além disso, a percepção da confiança é difícil em diversas situações (Simpson, 2007).

As crenças de confiança nos outros são vistas como uma faceta crítica das relações pessoais na idade adulta (Rotenberg et al, 2010; Simpson, 2007). Uma pessoa confia em outra porque tem certas expectativas sobre o modo como essa outra pessoa vai reagir. Nesse sentido, a confiança reforça a ação coletiva e a cooperação, porque se baseia em expectativas da continuidade de padrões de comportamento estabelecidos e repetitivos.

2.1. Modelo e teoria de Rotenberg

A confiança interpessoal desempenha um papel crucial no que diz respeito ao funcionamento psicossocial durante a infância e adolescência, as trajetórias desenvolvimentais tomadas durante estes períodos poderão influenciar os indivíduos na idade adulta.²

A confiança tem sido concetualizada e definida na literatura de diferentes maneiras (Rotenberg, 2010). Uma das concetualizações mais aceites é a de Rotenberg (1994; 2001) que sendo um autor proeminente na área da confiança interpessoal, refere a existência de três bases de confiança. Estas três bases são: a fidelidade³ que se refere ao cumprimento da palavra ou promessa (Rotenberg, 2010); a *confiança emocional* que se refere ao princípio de que os outros se abstêm de causar danos emocionais, estão disponíveis para revelações, mantêm a confidencialidade das mesmas, abstêm-se de críticas e evitam atos que fomentem constrangimentos (Rotenberg, Boulton; & Fox, 2005; Rotenberg, 2010); e a *honestidade* que se

² Influências de modo direto (i.e. a confiança estabelecida inicialmente irá afetar a confiança tardia) e de modo indireto (através de ligações criadas para um funcionamento saudável e psicossocial futuro). A confiança interpessoal mantém-se importante ao longo da vida do indivíduo

³ Os conceitos de *reliability*, *emotional trust* e *honesty* foram traduzidos para o português *fidelidade*, *confiança emocional* e *honestidade*, respetivamente. O mesmo ocorreu com os conceitos de *cognitive/affective*, *behavior-dependent* e *behavior-enacting* os quais foram traduzidos em *domínio cognitivo/afetivo*, *confiança dependente do comportamento* e *iniciativa de comportamento*.

A violência nas relações íntimas: prevalência e estudo de relações com a confiança interpessoal e com a esperança

refere a dizer a verdade, a dedicar-se a comportamentos que sejam guiados por intenções benignas e estratégias genuínas em vez de intenções maliciosas e estratégias manipulativas e traiçoeiras (Rotenberg, 2001; Rotenberg et al., 2008; Rotenberg, 2010). Ser uma pessoa confiável é um atributo ou disposição que é demonstrada pelos comportamentos do próprio indivíduo, por exemplo manter a confidencialidade (emocionalmente confiável), manter promessas (fidelidade confiável) e dizer a verdade (honestidade confiável) (Rotenberg, 2010). É importante ter em conta que apesar destas três bases se encontrarem relacionadas, não são idênticas (Rotenberg, 2010).

No que diz respeito às três bases supracitadas estas diferenciam-se em três domínios (*cognitivo/afetivo; confiança dependente do comportamento e a iniciativa do comportamento*) e duas dimensões do alvo (*especificidade e familiaridade*). O domínio *cognitivo/afetivo* refere-se às crenças individuais da confiança e reações emocionais às três bases supracitadas. Por sua vez, o domínio *da confiança dependente do comportamento* diz respeito à tendência comportamental de esperar que os outros sejam fiéis e honestos e, por último, a *dimensão da iniciativa de comportamento* (confiabilidade-*trustworthiness*) que compreende o envolvimento comportamental do indivíduo nas três bases da confiança (Rotenberg, 2010).

Na linha concetual de Rotenberg (2001; Rotenberg, 2010), para além das três bases e dos três domínios supracitados, encontram-se ainda duas dimensões. A primeira, correspondente à *especificidade*, oscila entre a confiança generalizada e a que é dirigida a alguém em particular. No caso da segunda, a *familiaridade*, a confiança varia entre os níveis de “não familiar” e “muito familiar”. Estes conceitos são compreensivelmente dimensionais – variando entre níveis - considerando as bases teóricas da teoria de Rotenberg (2001): a confiança possui um carácter recíproco e bidirecional.

A noção da que a confiança tem um papel proeminente na formação e manutenção de relações adultas consequentemente tem suscitado curiosidade em algumas linhas de investigação, pelo que é importante o estudo na Psicologia Positiva das crenças e aspetos positivos do funcionamento humano.

3. O conceito de Esperança

Foi a partir dos anos 50 que a esperança (*hope*) começou a ter uma maior relevância nos estudos empíricos. Este é um constructo que se insere na esfera teórica da Psicologia Positiva (Oliveira, 2010).

São várias as pesquisas efetuadas, no sentido de operacionalizar melhor o conceito e apurar a sua influência ao nível de funcionamento psicológico. Numa perspetiva clássica, de acordo com Snyder (2000), a esperança é definida como uma perceção generalizada em como os objetivos (*goals*) pessoais podem ser alcançados de acordo com dois pressupostos: através de motivação/determinação para eles orientada (*agency*) e da prossecução de meios (*pathways*) para os atingir (Snyder, 1991; Snyder, 1995, citado em Oliveira, 2010).

Considerando os dois fatores inerentes à esperança, concetualiza-se a iniciativa/motivação (*agency*) como a sensação de decisão de eficácia quanto à realização de objetivos pessoais no passado, presente e futuro. A iniciativa funciona como uma espécie de combustível para o encontro do segundo fator – caminhos (*pathways*) – que se constitui como a sensação de se ser capaz de gerar planos bem-sucedidos para alcançar os objetivos. (Snyder, 2003).

Snyder (2002) constituiu um dos autores que mais procurou estudar este conceito, elaborando uma teoria da esperança. De acordo com a Teoria da Esperança de Snyder (2002), os **objetivos** (*goals*) correspondem a algo que o indivíduo deseja experienciar, criar, obter ou tornar-se (Marques, Lopez & Pais-Ribeiro, 2009 & Snyder et al., 1991;). Os objetivos podem diferenciar-se na questão de temporalidade (curto ou longo prazo) e obedecem ao valor que cada indivíduo lhes atribui; tomando como exemplo, sujeitos com esperança elevada tendem a focar-se mais no processo de prossecução dos objetivos (mesmo que não seja alcançado obterá satisfação) do que nos resultados obtidos (Snyder, Cheavens, & Sympson, 1997). Por outro lado, a componente dos **caminhos** (*pathways*) consiste na crença de que o indivíduo pode criar vias mentais para atingir os objetivos pretendidos; depende do modo como os indivíduos percecionam as suas capacidades para construir caminhos válidos. Desta forma, a **iniciativa** (*agency*) é a componente da esperança que reflete a motivação ou esforço cognitivo que a pessoa investe na execução dos caminhos escolhidos e justifica a crença que a pessoa tem na sua capacidade para seguir um caminho. Se for escolhido o caminho correto, este resultará e os fins serão alcançados. (Snyder, Lehman, Kluck, & Mosson, 2006). Uma consideração fundamental na teoria da esperança de Snyder e seus colaboradores (1994; 2001) é o papel dos obstáculos que vão surgindo enquanto o indivíduo se dinamiza rumo a um objetivo específico, assim como o seu impacto no nível de esperança.

Posto isto, é necessário compreender, a relação entre as três componentes (*goals, pathaways, agency*) supracitadas. Só com o estabelecimento de uma relação entre estes três elementos é que, de facto, se poder verificar a existência de “esperança”.

O conceito atual de esperança é baseado numa série de pressupostos ligados à natureza humana, ao processo de mudança e à esperança em si mesma (Lopez et al., 2000). Deste modo, numa leitura mais atual, a esperança deixou de estar apenas ligada aos desejos, passando a ser compreendida como um pensamento intencional que é capaz de conduzir a diversas ações adaptativas (Marques, Lopez, & Pais-Ribeiro, 2009). De um modo geral, poderá ser considerada como a presença de expectativas positivas para a realização de objetivos e alcance de diversas metas (Menninger, 1959; Stotland, 1969, citado em Snyder et al., 2000). No que diz respeito ao pensamento esperançoso, se este for uma combinação de objetivos bem estruturados, é possível uma pessoa atingir as metas que pretende ao traçar o seu próprio caminho (Gomes, 2010).

Atendendo aos estudos realizados, os níveis de esperança não apresentam diferenças entre homens e mulheres (Rijavec & Marcovich,

2008). Relativamente ao constructo da esperança na idade adulta, adultos que experienciem níveis elevados de esperança e experimentaram várias contrariedades ao longo da vida tendem a desenvolver crenças adaptadas a desafios surgidos ao longo da vida (Carr, 2005; Gomes, 2010; Rijavec & Marcovich, 2008).

II - Objetivos

Os objetivos da investigação detêm uma grande importância para este estudo, já que explicitam o trabalho realizado e esclarecem as variáveis envolvidas.

Tendo em conta os vários aspetos que foram desenvolvidos ao longo da revisão de literatura: a violência nas relações íntimas, as crenças existentes em seu redor e, ainda, assumindo que a confiança interpessoal e a esperança têm um papel determinante no modo como os indivíduos atuam e podem influenciar as suas relações íntimas, os objetivos principais deste estudo são os seguintes:

I: Verificar a prevalência de violência entre parceiros íntimos na amostra.

II: Verificar se existem relações entre a violência, a confiança interpessoal e a esperança.

III: Contribuir para a adaptação da escala da confiança interpessoal.

Os objetivos mais específicos desta investigação são:

I: Descrever a amostra recolhida em termos das suas características sociodemográficas;

II: Verificar a prevalência de diferentes tipos de violência (emocional, física e física severa) nas relações íntimas (atuais e passadas) tanto a nível de perpetração como vitimação;

III: Estudar a influência das variáveis sociodemográficas (sexo, idade, nível socioeconómico) na adoção de crenças sobre a violência.

Deste modo, são colocadas as seguintes hipóteses de investigação:

H1: Existe uma relação negativa entre a violência nas relações íntimas e a esperança.

H2: Existe uma relação negativa entre a violência nas relações íntimas e a confiança interpessoal.

H3: Existe uma relação positiva entre confiança interpessoal e

A violência nas relações íntimas: prevalência e estudo de relações com a confiança interpessoal e com a esperança

esperança.

H4: Verificam-se diferenças estatisticamente significativas segundo o sexo quer a nível da confiança interpessoal quer a nível da esperança.

H5: Existem diferenças estatisticamente significativas em relação às crenças de legitimação da violência de acordo com o sexo, sendo que o sexo masculino apresenta crenças mais elevadas do que o sexo feminino.

H6: Existem diferenças significativas em relação às crenças de legitimação da violência de acordo com a idade, em que as faixas etárias mais jovens possuem crenças mais baixas de violência comparativamente a adultos com idade superior.

H7: Os grupos socioeconómicos mais baixos e os grupos com nível socioeconómico mais alto diferenciam-se de forma estatisticamente significativa em relação às crenças de legitimação da violência.

III - Metodologia

1. Descrição da amostra

A amostra utilizada no presente estudo é constituída por 302 sujeitos (33.1% do sexo masculino e 66.9% do sexo feminino)⁴(cf. Tabela 1). A média de idades situa-se nos 29 anos (DP= 10.78) (cf. Tabela 2).

Tabela 1. Frequências e Percentagens em função do sexo na amostra total.

| Sexo | N | Percentagem |
|-----------|-----|-------------|
| Feminino | 202 | 66.90% |
| Masculino | 100 | 33.10% |
| Total | 302 | 100% |

Tabela 2. Características gerais em relação à idade da amostra total.

| | N | Mínimo | Máximo | Moda | Média | DP |
|-------|-----|--------|--------|------|-------|-------|
| Idade | 296 | 18 | 63 | 22 | 29.02 | 10.78 |

No que concerne ao nível socioeconómico⁵ dos 268 sujeitos que forneceram dados suficientes para este poder ser calculado, o maior número registou-se na categoria “Médio”, com 86 sujeitos (28.5%), seguindo-se a categoria “Médio-baixo” (N=74; 24.5%), 61 sujeitos pertencem à categoria

⁴ Em algumas análises ocorreu uma oscilação do N devido a alguns *missings values*.

⁵ Nesta investigação a codificação do nível socioeconómico respeitou a classificação proposta na Norma SARL (Neves, 2007). A classificação utilizada na avaliação do nível socioeconómico foi: nível socioeconómico alto; nível socioeconómico medio-alto; nível socioeconómico médio; nível socioeconómico médio-baixo e nível socioeconómico baixo. Foram solicitadas informações relativas à profissão e ao grau de instrução tanto dos sujeitos como dos pais.

A violência nas relações íntimas: prevalência e estudo de relações com a confiança interpessoal e com a esperança

“Médio-alto” (20.2%); 26 sujeitos pertencem à categoria “Baixo” (8.6%) e, por fim, 21 sujeitos pertencem à categoria “Alto” (7.0%) (cf. Tabela 3).

Tabela 3. Frequências e Percentagens segundo o local de residência da amostra total.

| Nível Socioeconómico | N | Percentagem % |
|------------------------|-----|---------------|
| Alto | 21 | 8.2% |
| Médio-alto | 85 | 20.2% |
| Médio | 86 | 28.5% |
| Médio-baixo | 74 | 24.5% |
| Baixo | 26 | 3.6% |
| Não fornece informação | 34 | 11.3% |
| Total | 302 | 100% |

Relativamente à nacionalidade dos participantes, a maior parte tem nacionalidade portuguesa (99.3 %). Quanto à sua ocupação⁶, 142 sujeitos são estudantes (47.0%), 30 (9.9%) são especialistas em atividades científicas e intelectuais e os restantes dividem-se entre profissões de serviços pessoais, vendedores, proteção e segurança (7.9%), 17 sujeitos são administrativos (5.6%), 16 sujeitos são técnicos de nível intermédio (5.3%) e 15 sujeitos são considerados trabalhadores não qualificados porque se encontram desempregados, apenas 2 sujeitos fazem parte das profissões de forças armadas (0.7%), 1 da pesca e agricultura (0.3%) e 1 único sujeito é representante do poder legislativo, órgão de direção ou gestor (0.3%).

Em relação à distribuição geográfica (zona de residência) a amostra habita maioritariamente nos distritos de Leiria (130 sujeitos, 43.0%) e de Coimbra (85 sujeitos, 28.2%). Existem ainda 19 sujeitos a residir no distrito de Aveiro (6.3%) e 13 sujeitos no distrito de Braga (4.3%), 11 (3.6%) no distrito de Viana do Castelo e 11 (3.6%) no distrito de Viseu. Os restantes distribuem-se pelo resto do país.

Tabela 4. Frequências e Percentagens segundo o local de residência da amostra total.

| Localidade | N | Percentagem % |
|------------------|-----|---------------|
| Leiria | 130 | 43.0% |
| Coimbra | 85 | 28.2% |
| Aveiro | 19 | 6.3% |
| Braga | 13 | 4.3% |
| Viana do Castelo | 11 | 3.6% |
| Viseu | 11 | 3.6% |
| Outros | 32 | 10.4% |
| Não responde | 1 | 0.3% |
| Total | 302 | 100% |

⁶ Foi utilizada a Classificação Portuguesa das Profissões (2010) para dividir as profissões por vários grupos.

Tabela 5. Análise descritiva da variável estatuto marital.

| Estatuto Marital | N | Porcentagem |
|--|-----|-------------|
| Solteiro (a), nunca casado(a) | 189 | 62.8% |
| Casado (a) e a viver com o cónjuge | 74 | 24.5% |
| União de Facto | 31 | 10.3% |
| Separado(a) | 3 | 1.0% |
| Divorciado(a) | 3 | 10.0% |
| Casado(a) mas a viver com alguém sem ser o cónjuge | 1 | 0.3% |
| Não responde | 1 | 0.3% |
| Total | 302 | 100% |

Tabela 6. Características gerais em relação ao tempo de duração da relação atual da amostra total.

| | Média | DP | Moda | Mínimo | Máximo |
|---------------------|--------|---------|------|--------|--------|
| Tempo da Rel. Atual | 8.0164 | 9.09630 | 4.00 | 1.00 | 37.00 |

2. Materiais/instrumentos e procedimentos de investigação adotados.

Para recolha de dados foi inicialmente administrado um questionário sociodemográfico e os seguintes instrumentos: a adaptação portuguesa do *Rotenberg's Specific Trust-Scale-Adults* cujo objetivo é verificar a confiança interpessoal no parceiro amoroso; a ECVC (Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal) e o IVC (Inventário de Violência Conjugal) para avaliar as crenças em relação a comportamentos violentos assim como a presença de comportamentos abusivos nas relações íntimas, respetivamente. Por último, foi aplicada a Escala da Esperança-Traço para adultos.

2.1. Questionário sociodemográfico

O questionário sociodemográfico (cf. anexo III) foi criado à luz das necessidades deste estudo para efeitos de caracterização da amostra, a partir de um modelo de Formulário de Dados Pessoais de Rohner (2008). Inclui questões acerca de dados pessoais do sujeito, tais como o sexo, idade, nacionalidade, educação, situação profissional, estatuto marital, e local de residência atual. Visa ainda avaliar as variáveis em falta nos restantes questionários relativamente à informação sobre os pais (área de residência, naturalidade, nacionalidade, habilitações literárias e profissão). Em último lugar, é pedido ao respondente que indique se mantém e/ou já manteve um relacionamento amoroso; caso a resposta seja afirmativa é questionada qual a sua duração.

2.2. “Adaptação Portuguesa da “Rotenberg’s Specific Trust-Scale-Adults”

A escala original de Rotenberg (2013) foi inspirada na *The Specific Interpersonal Trust Scale* (SIT) de Johnson-George e Swap (1982). A adaptação portuguesa da Escala de Confiança Interpessoal (*Rotenberg’s Specific Trust Scale-Adults*, 2013) é da autoria de Vale-Dias e Franco-Borges (2014) e visa medir a confiança, através de 10 itens, no parceiro amoroso.

No estudo original de Johnson-George e Swap (1982), a escala elaborada concebe uma subescala de confiabilidade com 10 itens e uma subescala emocional com outros 10 itens, comuns a ambos os sexos, que implicavam juízos entre 9 pontos de uma escala do tipo *Likert* (1 – Concordo Totalmente a 9 – Discordo Totalmente). A escala SIT apresentou índices de consistência interna aceitáveis, através do cálculo do Alfa de Cronback (.71-.83; Johnson-George & Swap, 1982).

Na adaptação portuguesa desta escala, os 10 itens implicam juízos sobre a confiança que indivíduos adultos sentem, especificamente no seu par amoroso, numa escala do tipo *Likert* de 9 pontos (1 – Concordo Totalmente a 9 – Discordo Totalmente) e quanto menor for o número da pontuação total, maior é a confiança sentida pelos indivíduos. Os dados estatísticos serão apresentados mais à frente na tabela resultados.

2.3. Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC)

A ECVC (Escala de Crenças sobre Violência Conjugal - Matos, Machado & Gonçalves, 2000) visa avaliar as crenças e atitudes culturais em relação à violência exercida em contexto familiar, o seu principal foco procura verificar as crenças relativas à violência física e psicológica em relações amorosas.

A ECVC foi administrada, numa primeira fase de construção, a uma amostra de 372 sujeitos, 172 do sexo masculino e 196 do sexo feminino, constituída em grande escala por familiares dos estudantes de Psicologia da Universidade do Minho. Na recolha de dados deste estudo foi também utilizado o Inventário de Violência Conjugal que explicarei *a posteriori*.

Numa fase posterior, a amostra foi alargada a 2391 famílias do país. Na escala em questão, é solicitado ao respondente que exprima a sua opinião face a um conjunto de afirmações sobre situações de maus tratos e conflito nas relações amorosas.

A ECVC, na sua versão final, é constituída por 25 itens, como uma escala de resposta tipo *Likert* que oscila entre 1 (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente). Esta é um tipo de escala que pode ser utilizada para a população adulta em geral (Machado, Matos & Gonçalves 2006).

Através da análise fatorial dos itens foram identificados quatro fatores. O primeiro fator (Legitimação e banalização da pequena violência) explica 40.2% da variância, sendo que a violência neste fator é a considerada como comum, normal e pouco grave. O fator 2, designado por “legitimação

da violência pela conduta da mulher”, traduz a legitimação da violência através do comportamento da mulher e explica 7.1% da variância total. O fator 3 explica 4.4% da variância, e foi designado por legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas, onde a fonte de violência familiar é localizada em fatores externos à conduta do maltratante, em determinados extratos sociais ou comportamentais, havendo uma negação do problema. Em último lugar, o fator 4 assinalado como “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” explica 4.2% da variância.

2.4. Inventário de Violência Conjugal (IVC)

O Inventário de violência Conjugal foi desenvolvido por Machado e colaboradores, em 2003, com uma amostra de 526 estudantes da Universidade do Minho.

Este é um inventário de comportamentos conjugais violentos e divide-se em duas partes distintas: uma primeira parte relativa aos comportamentos ocorridos durante o último ano na relação afetiva atual. Na segunda parte, são avaliados os mesmos constructos para relacionamentos amorosos passados e a sua administração é facultativa.

Em cada uma das partes existem 21 itens sobre várias formas de violência. Cada um dos itens é composto por duas alíneas: a primeira (a) relativa à pessoa avaliada e a segunda (b) relativa ao seu parceiro.

O inventário possibilita a avaliação da taxa de prevalência de vários atos de violência perpetrados e recebidos por parte dos seus parceiros íntimos e a sua frequência em relacionamentos atuais ou passados.

Para efeitos de investigação, é considerado maltratante aquele que tiver praticado pelo menos um dos comportamentos indicados ao longo do Inventário. Por outro lado, é considerado não agressor aquele que responder de forma negativa a todo o Inventário (Machado et al., 2000).

2.5. Escala da Esperança-Traço Para Adultos ”Escala do futuro”

Esta escala original foi desenvolvida por Snyder e colaboradores (1991), para medir o fator traço da esperança em indivíduos a partir dos 15 anos. Segundo sugestão dos autores, no ato de aplicação a escala de esperança deverá designar-se por “Escala de Futuro”, ela é composta por 12 itens. Submetida a um processo de tradução, revisão da tradução, discussão da validade de conteúdo por Pais-Ribeiro, Pedro e Marques (2006) é a versão utilizada neste estudo.

Relativamente ao que a escala avalia, quatro itens estimam o pensamento orientado para os caminhos, isto é, a confiança da pessoa na sua capacidade de originar meios para alcançar os objetivos e obstáculos que possam surgir. Quatro outros itens avaliam a determinação geral da pessoa em relação à prossecução dos seus objetivos (no passado, presente e futuro); os restantes quatro itens são distratores.

Os itens de iniciativa (4) e de caminhos (4) são justificados pela

existência desses dois componentes centrais, demonstrada por análise fatorial (Snyder et al., 1991 citado em Azevedo, 2010). Cada frase é classificada numa escala de oito pontos (Snyder, 2002), que vai desde “Totalmente falsa” a “Totalmente verdadeira” os resultados podem, portanto, variar entre 8 e 64 pontos

A robustez da escala disposicional da esperança é ainda demonstrada pelo facto de esta constituir uma medida unidimensional, em que a obtenção do nível de esperança é refletido pelo resultado na escala, sem necessidade da consideração separada dos níveis de iniciativa e de caminhos (Brouwer, Meijer, Weekers, & Banek, 2008, citado em Azevedo, 2010).

Na versão portuguesa da escala, ela foi passada a uma população doente pertencente a um hospital central de uma grande cidade de Portugal.

Na versão original e para as diferentes amostras os autores encontraram valores de consistência interna entre .74 e .84 para a escala total, entre .71 e .76 para a subescala “iniciativa”, entre .63 e .80 para “caminhos”. A versão portuguesa da escala apresenta propriedades psicométricas aceitáveis. A inspeção da consistência interna mostra valores de alfa de Cronbach de .76 para “iniciativa” e de .79 para “caminhos” enquanto para a escala global apresenta valores de .86.

Exemplos de itens desta escala são “Consigo pensar em muitas maneiras de me livrar de enrascadas” e “Persigo os meus objetivos com muita energia”.

3. Procedimentos de investigação

A primeira fase do presente estudo consistiu na recolha da amostra, que decorreu de Maio a Julho de 2014. Num primeiro momento, foi passado em turmas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação o protocolo de investigação completo. De acordo com Fortin (2003), o processo de seleção de um grupo de pessoas ou um subconjunto escolhido para participar num estudo é denominado de amostragem.

Numa segunda fase, o estudo foi divulgado através de redes sociais e através de uma rede pessoal de contactos, contudo, apenas se sucedeu uma recolha em suporte de papel (método de amostragem por conveniência⁷).⁸

Para a utilização da Escala do Futuro no protocolo vigente foi solicitada a autorização ao Dr. Pais- Ribeiro que a forneceu com a respetiva divisão por fatores.

A todos os participantes neste estudo, foi-lhes facultado o protocolo na sua íntegra, juntamente com um consentimento informado (assinado previamente à sua participação), ordenado pela seguinte lógica: Questionário Sociodemográfico; ECVC (Escala de Crenças sobre Violência Conjugal); IVC (Inventário de Violência Conjugal – parte A e B) e Escala do Futuro

⁸Foi recorrido a uma amostragem não probabilística aleatória por conveniência, tendo em conta os seguintes critérios de inclusão: maioria de idade e numa relação há mais de seis meses. Apesar de económico este tipo de amostragem pode ou não ser representativo da população em estudo (Maroco, 2007).

(Esperança). Em todos os contatos estabelecidos foi garantido o anonimato e confidencialidade dos dados e resultados. Foi também garantida a todos os sujeitos a hipótese de recusar a participação na investigação.

Foram fornecidas as instruções gerais de preenchimento e sempre que existiram questões estas foram prontamente respondidas.

3.1 Procedimentos estatísticos

O segundo passo do presente estudo consistiu na análise estatística dos dados obtidos através da recolha da amostra. Com este fim, recorreremos ao programa SPSS – *Statistical Package of Social Science* – versão 20.0 para o Windows.

Na investigação vigente foram utilizadas três medidas estatísticas, as Medidas de Tendência Central, onde se inclui a Média (M), a Moda (Mo), a Mediana (Md), as Medidas de Dispersão (Desvio Padrão-DP) e as Medidas de Frequência, representadas pelas Frequências Absolutas (nº) e Relativas (%), o valor máximo (Xmax.) e o valor Mínimo (Xmin.) consoante aquilo que se propõe a estudar.

As análises efetuadas tiveram como ponto de partida os objetivos traçados *a priori* para o estudo.

Em primeiro lugar, foram analisados os *missings values* (*não respostas*), Bryman e Cramer (1993) sugerem que as não respostas que ultrapassem os 10% por caso devem ser eliminadas. De forma a analisar o padrão de distribuição das não respostas recorreremos ao *Little MCAR Test* (*Missing Completely at Random*). Valores não significativos neste teste significam que o padrão de não respostas é aleatório.

Em segundo lugar, tendo em conta o modelo conceptual que serviu de guia para esta investigação, foi necessário optar por testes paramétricos ou testes não paramétricos. Uma vez que a amostra é constituída por 302 sujeitos, optámos pela realização de testes paramétricos pois, segundo o Teorema do Limite Central (Maroco, 2007), uma amostra superior a 30 sujeitos é considerada grande, sendo suficiente para assumir a normalidade da distribuição e a realização de testes paramétricos.

Para assegurar a estabilidade dos resultados das escalas procedeu-se à análise da consistência interna de todas as escalas pelo indicador de alfa de Cronbach utilizando como referência os valores de Nunnally⁹(1978).

No que diz respeito à adaptação “*Rotenberg’s Specific Trust-Scale-Adults*” foi realizada uma Análise Fatorial Exploratória assim como foi verificada a fiabilidade da escala através do Alfa de Cronbach.

No sentido de averiguar ligações entre a violência a esperança e a confiança interpessoal procedeu-se ao cálculo de correlações.

Para verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre uma variável independente com duas categorias e uma variável dependente numérica realizaram-se testes t de *Student*, para amostras

⁹ Nunnally (1978) define valores Alfa de Cronbach superiores a .90 como excelentes; entre .80 e .90, bom; entre .70 e .80 como razoável; entre .70 e .60, fraco; e menor que .60, inaceitável.

independentes. Para a interpretação dos valores decorrentes deste procedimento atendeu-se ao resultado do teste de Levene para igualdade de variâncias, tendo-se optado sempre que se apontava a desigualdade de variância pela correção do programa (*equal variances not assumed*).

Foi realizado o teste do Qui-Quadrado (χ^2) para verificar se a frequência de um determinado acontecimento observado numa amostra se desvia significativamente ou não da frequência com que ele é esperado (Pallant, 2010).

Nos casos em que as intersecções ocorriam entre duas variáveis independentes com duas categorias cada e uma variável dependente numérica foram efetuadas análises da variância, ANOVA para amostras independentes.

IV - Resultados

No que concerne à apresentação dos resultados, espera-se que estes permitam a concretização dos objetivos e hipóteses inicialmente delineados nesta investigação.

1. Adaptação da escala de confiança interpessoal - *Rotenberg's Specific Trust-Scale-Adults*

Foi testada a fidelidade da Escala de Confiança Interpessoal a partir do cálculo do Alfa de Cronbach¹⁰, tendo esta obtido um valor considerado excelente ($\alpha=.902$), superando os valores obtidos pelo estudo original da mesma (relatados na descrição do instrumento). O alfa de Cronbach foi calculado também após a realização de uma Análise Fatorial Exploratória (operação descrita mais adiante), que propôs a remoção de três dos itens (2, 5 e 6), ficando o valor em .842 (ou seja, um valor considerado bom), como se pode verificar na Tabela 7.

Tabela 7. Consistência Interna da Escala de Confiança Interpessoal

| Alpha de Cronbach | Itens Removidos | Nº de Itens |
|-------------------|-----------------|-------------|
| .902 | 0 | 10 |
| .842 | 3 | 7 |

¹⁰ Segundo Nunally (1978) os valores de alfa $>.90$ são considerados excelentes; entre .80 e .90 são considerados bons; entre .70 e .80 razoáveis; entre .60 e .70 fracos e abaixo de .60 inaceitáveis.

Tabela 8. Valores do Alfa de Cronbach para os 7 itens da *Rotenberg's Specific Trust-Scale-Adults* (adaptação portuguesa)

| Item | α |
|---|----------|
| 9. Se decidirmos encontrarmo-nos nalgum sítio para almoçar, tenho a certeza de que P lá estará. | .800 |
| 8. Se P me prometer um favor, sei que cumprirá o prometido. | .795 |
| 7. Se P não se puder encontrar comigo como planeado, acreditarei na sua desculpa de que algo importante aconteceu. | .796 |
| 10. Se P ficou de me dar boleia para algum sítio e não chega na hora combinada, calculo que haverá uma boa razão para o atraso. | .798 |
| 3. P nunca deturparia intencionalmente os meus pontos de vista perante os outros. | .827 |
| 4. Como P conhece o tipo de coisas que magoam os meus sentimentos, não me preocupo que os possa usar contra mim, mesmo que o nosso relacionamento mude. | .838 |
| 1. Se P rir inesperadamente de algo que eu diga ou faça, eu interrogo-me se estará a ser crítico ou desagradável. | .876 |

1.1. Análise Fatorial Exploratória

O contributo para a adaptação portuguesa da Escala de Confiança Interpessoal (*Rotenberg's Specific Trust Scale-Adults*, 2013), da autoria de Vale-Dias e Franco-Borges (2014), foi realizado a partir de uma Análise Fatorial Exploratória (AFE), para analisar o padrão de correlações existentes entre as variáveis, pretendendo utilizar esse padrão de correlações para agrupar as suas variáveis em fatores. As autoras da adaptação propõem a existência de dois fatores: *emocional* e *fidelidade*¹¹. Para isso, procedeu-se ao estudo do pressuposto da medida de adequação da amostra através do *Kaiser-Meyer-Olkin* (.93)¹² e do *Teste de Esfericidade de Bartlett* ($p=.000$), é possível constatar que se rejeita a hipótese nula, ou seja, as variáveis são correlacionáveis ($p<.05$)¹³, indicando um bom ajustamento da amostra à realização AFE.

Tabela 9. KMO e Teste de Esfericidade de Bartlett (ECI)

| Kaiser-Meyer-Olkin | Teste de Bartlett (Sig.) |
|--------------------|--------------------------|
| .93 | .000 |

Como tal, foi-nos proposta a utilização do método de extração *Principal Axis Factoring* devido aos fatores serem correlacionáveis, sendo que o valor de correlação entre os fatores é de .77¹⁴. O método de rotação utilizado foi a oblíqua *Promax*, sendo que a distribuição não é normal para as respostas aos itens da escala (*cf.* Anexos). Na Tabela 15 podem verificar-

¹¹ *Emotional* e *Reliability* são os nomes dos fatores propostos por Rotenberg (2013).

¹² O teste KMO assume valores entre 0 e 1, sendo que .6 é o valor sugerido pela literatura como o valor mínimo para uma boa análise de componentes principais (Tabachnick & Fidell, 2007).

¹³ Aceitam-se valores inferiores a .05 para a esfericidade de Bartlett (Tabachnick & Fidell, 2007).

¹⁴ Valores acima de .32 são considerados correlacionáveis (DeVellis, 2003; Field, 2009).

se os valores de saturação¹⁵ de cada item para cada um dos fatores, sendo que os valores dos itens 2, 5 e 6 saturam acima de .3 para ambos os fatores, ou seja, cruzam saturações (problemas de *cross-loading*). Logo, sugere-se que os itens 2, 5 e 6 sejam removidos.

Após a extração de fatores foi-nos possível confirmar que os itens 1, 3 e 4 pertencem ao fator *emocional* e, por sua vez, os itens 7, 8, 9 e 10 pertencem ao fator *fidelidade*.

Para avaliar a fiabilidade da escala, nomeadamente a sua consistência interna, procedeu-se ao cálculo do *alpha de Cronbach*. O valor encontrado para o fator *emocional* é de .53 (considerado inaceitável) e para o fator *fidelidade* o valor é de .928 (considerado excelente). Quando se calcula o valor de alfa para a Escala completa, este assume um valor de .842 (considerado bom). É importante referir que os valores do alfa de Cronbach são dependentes do número de itens da escala, e tendo uma escala menos de 10 itens, os valores podem ser bastante baixos (Pallant, 2005).

Tabela 10. Sumário de itens e fator *loadings* com rotação oblíqua *Promax*

| Item | Fator | | <i>h</i> ² |
|---|-------|-------|-----------------------|
| | 1 | 2 | |
| 9. Se decidirmos encontrarmo-nos nalgum sítio para almoçar, tenho a certeza de que P lá estará. | 1.103 | -.234 | .874 |
| 8. Se P me prometer um favor, sei que cumprirá o prometido. | .872 | .010 | .774 |
| 7. Se P não se puder encontrar comigo como planeado, acreditarei na sua desculpa de que algo importante aconteceu. | .829 | .035 | .733 |
| 10. Se P ficou de me dar boleia para algum sítio e não chega na hora combinada, calculo que haverá uma boa razão para o atraso. | .810 | .037 | .703 |
| 5. Posso confiar em P e sei que quererá sempre ouvir-me | .385 | .511 | .712 |
| 6. Se contar a P o que me preocupa, sei que não pensará que as minhas preocupações são tolas ou supérfluas. | .412 | .393 | .573 |
| 2. Eu posso falar livremente com P e sei que me escutará. | .335 | .470 | .575 |
| 3. P nunca deturparia intencionalmente os meus pontos de vista perante os outros. | .184 | .481 | .401 |
| 4. Como P conhece o tipo de coisas que magoam os meus sentimentos, não me preocupo que os possa usar contra mim, mesmo que o nosso relacionamento mude. | -.014 | .652 | .412 |
| 1. Se P rir inesperadamente de algo que eu diga ou faça, eu interrogo-me se estará a ser crítico ou desagradável. | -.144 | .450 | .124 |

Repara-se ainda que, após a realização da Análise Fatorial Exploratória, através do método de extração *Principal Axis Factoring*, com rotação oblíqua *Promax* para dois componentes, o total de variância explicada pelo primeiro componente é cerca de 54.47%, e cerca de 4.34% é explicada pelo segundo componente. A variância total explicada é de 58.81% (Tabela 11).

Tabela 11. Total de Variância Explicada (Método de Extração: Fatores Principais) (ECI)

| | Total | % de Variância | % Acumulada |
|---|-------|----------------|-------------|
| 1 | 5,447 | 54,47 | 54,47 |
| 2 | ,434 | 4,34 | 58,81 |

Os resultados obtidos nesta AFE vão ao encontro do que foi proposto

¹⁵ No que respeita às comunalidades, Tabachnick & Fidell (2007) estipulam um ponto de corte em .30, valor que utilizamos como critério.

A violência nas relações íntimas: prevalência e estudo de relações com a confiança interpessoal e com a esperança

pelas autoras, sendo que os itens 1, 3 e 4 saturam acima de .3 no fator *emocional* e os itens 7, 8, 9 e 10 saturam acima de .3 no fator *fidelidade*.

2. Relações entre as variáveis em estudo

2.1 Relações entre a violência e a esperança

Tabela 12. Matriz de correlações entre os fatores e total da Escala do Futuro, Perpetração Atual e Passada (IVC) e Vitimação Atual e Passada (IVC).

| | Fator Caminhos | Fator Iniciativa | Esperança Total | Perpetração Atual | Vitimação Atual | Perpetração Passada | Vitimação Passada |
|---------------------|----------------|------------------|-----------------|-------------------|-----------------|---------------------|-------------------|
| Fator Caminhos | - | .694** | .921** | -.007 | .014 | -.002 | -.030 |
| Fator Iniciativa | | - | .918** | -.088 | -.073 | .025 | .012 |
| Esperança Total | | | - | -.050 | -.030 | -.014 | -.009 |
| Perpetração Atual | | | | - | .891** | .638** | .371** |
| Vitimação Atual | | | | | - | .651** | .391* |
| Perpetração Passada | | | | | | - | .713** |
| Vitimação Passada | | | | | | | - |

**p<.01

Para aferir a existência de relações de associação entre violência e a esperança calculou-se o Coeficiente de Correlação de Pearson, considerando cada uma das subescalas dos instrumentos e ainda a “esperança total”.

Para a perpetração na atualidade, não foram encontradas correlações suficientemente fortes para estabelecer uma ponte com as variáveis da esperança (Caminhos; Iniciativa), que apesar de uma direção negativa, estão todas bastante próximas de zero (Cohen, 1988); a mesma tendência verificase para a perpetração no passado, com exceção do fator iniciativa. No que diz respeito à escala da esperança total estabeleceram-se relações negativas com as variáveis da violência. No entanto, não se observa qualquer relação estatisticamente significativa.

A análise realizada aos valores da matriz entre a vitimação atual e passada e os fatores da Escala de Esperança, revelou a existência de correlações sem valor empírico (Cohen, 1988).

Obteve-se uma correlação positiva forte para as variáveis perpetração na atualidade e vitimação na atualidade ($r=.89$; $p<.01$), sendo que ambas as variáveis partilham 79.2 % da variância observada ($r^2=79.2$). A perpetração na atualidade correlacionou-se forte e positivamente com a perpetração no passado ($r=.63$; $p<.01$), partilhando 39% da variância total observada. A correlação positiva estabelecida entre a perpetração atual e a vitimação passada mostrou-se medianamente forte ($r=.37$; $r^2=.13$) (Cohen, 1988)¹⁶.

¹⁶Segundo Cohen (1988) correlações entre .10 e .29 possuem uma magnitude baixa, entre .30 e .49 uma magnitude média e superior a .50 uma magnitude elevada.

A violência nas relações íntimas: prevalência e estudo de relações com a confiança interpessoal e com a esperança

A correlação positiva estabelecida entre a vitimação atual e a perpetração passada possui um valor médio ($r=.65$; $p<.01$) (Cohen, 1988); partilhando 42% da variância observada. A vitimação atual correlaciona-se ainda com a vitimação passada, sendo o seu valor médio e positivo ($r=.39$; $p<.01$), para uma variância partilhada de 15.21%.

Finalmente, a correlação positiva entre perpetração passada e vitimação passada revelou-se bastante forte ($r=.71$; $p<.01$) (Cohen, 1988); neste caso, explicando da 50,41 % da variância total partilhada.

2.2 Relações entre a violência e a confiança interpessoal

Tabela 13. Matriz de correlações entre a escala da Confiança Interpessoal e a Perpetração Atual e Passada (IVC) e Vitimação Atual e Passada (IVC).

| | Confiança Interpessoal | Perpetração Atual | Vitimação Atual | Perpetração Passada | Vitimação Passada |
|------------------------|------------------------|-------------------|-----------------|---------------------|-------------------|
| Confiança Interpessoal | - | .136* | .170** | .070 | .115 |
| Perpetração Atual | | - | .789** | .602** | .371** |
| Vitimação Atual | | | - | .518** | .380** |
| Perpetração Passada | | | | - | .782** |
| Vitimação Passada | | | | | - |

**significância estatística a 0.01

* Significância estatística a 0.05

Atendendo a que a valores mais elevados na Escala de Confiança Interpessoal correspondem níveis mais baixos dessa mesma confiança, este dado deve ser tido em conta na interpretação dos resultados que constam na tabela 13, quando se trata das correlações que envolvem aquela escala. Isto é, se o nível de confiança aumenta à medida que as pontuações descem, as correlações positivas devem passar a ser interpretadas como negativas ou inversas. No entanto, a apresentação dos dados seguirá a tabela 13.

A confiança interpessoal correlaciona-se positivamente com todas as dimensões atuais do IVC. Os valores obtidos nos Coeficientes de Pearson, não sendo fortes, revelam uma relação estatisticamente significativa no que respeita à *perpetração atual* e não em relação à *perpetração passada*, apresentando um valor de $r=.13$ e $r=.07$, respetivamente.

No estabelecimento de correlações entre a confiança interpessoal e a vitimação, encontram-se relações positivas fracas tanto para a atual ($r=.17$; $p<.01$), que é estatisticamente significativa, como para a passada ($r=.11$).

No que diz respeito ao IVC, a perpetração atual apresenta uma relação com a vitimação passada ($r=.37$) e correlação forte tanto com a perpetração passada ($r=.60$) como com a vitimação atual ($r=.78$). A perpetração passada associa-se também com a vitimação passada ($r=.78$) e atual ($r=.51$)

2.3 Relações entre a confiança interpessoal e a esperança

Tabela 14. Matriz de correlações entre os fatores e total da Escala do Futuro e os fatores e total da Escala da Confiança Interpessoal.

| | Confiança interpessoal | Confiança emocional | Confiança fidelidade | Fator Caminhos | Fator Iniciativa | Esperança Total |
|---------------------------|---------------------------|------------------------|-------------------------|-------------------|---------------------|--------------------|
| Confiança interpessoal | - | .775** | .934** | -.066 | -.093 | -.085 |
| Confiança emocional | | - | .474** | .001 | -.005 | .001 |
| Confiança fidelidade | | | - | -.093 | -.127* | -.119* |
| Fator Caminhos | | | | - | .694** | .918** |
| Fator iniciativa | | | | | - | .765** |
| Esperança Total | | | | | | - |

*p<.05; **p<.01

Considerando que aos valores mais elevados na Escala de Confiança Interpessoal correspondem níveis mais baixos dessa mesma confiança, relembremos novamente que este mesmo dado deve ser tido em conta na interpretação dos resultados que constam na tabela 14. Assim, no que se refere à interpretação dos dados que envolvem a confiança interpessoal, as correlações inversas devem passar a ser interpretadas como diretas (positivas) e *vice versa*. Os dados serão relatados de acordo com a tabela 14.

A variável confiança interpessoal, partindo do seu *score* total, estabelece relações negativas, apesar de fracas e negligenciáveis, com o fator caminhos ($r=-.06$) e o fator iniciativa ($r=-.09$). No que diz respeito ainda às correlações verificadas, a confiança interpessoal não possui correlações empiricamente fortes com o *score* total da variável esperança ($r=-.08$). Note-se que estes valores não são estatisticamente significativos.

O fator da confiança *emocional* estabelece, em geral, correlações não significativas e muito próximas de zero com os fatores e escala da esperança total. Já o fator *fidelidade* estabelece relações negativas estatisticamente significativas, embora modestas, com o fator iniciativa ($r=-.11$) e o fator total da esperança ($r=-.12$).

2.4. A influência do sexo a nível da Esperança e Confiança Totais

Tabela 15. Comparação de médias (t-test para amostras independentes) para homens e mulheres, face à esperança e confiança interpessoal totais.

| | Sexo | Média | DP | P | T |
|-----------|------|-------|------|-----|-------------------------|
| Esperança | M | 50,81 | 6.96 | .59 | $t_{(196,335)} = -2.57$ |
| Total | F | 50,59 | 6.91 | | |
| Confiança | M | 20.68 | 7.66 | .02 | $t_{(300)} = -2.00$ |
| Total | F | 22.94 | 9.66 | | |

Realizou-se uma análise de diferença de médias através do *t-test* para amostras independentes para comparar as pontuações de esperança total para homens e mulheres. Não se registaram diferenças estatisticamente significativas entre homens (M= 50.81; DP=6.96) e mulheres (M=50.59; DP=6.91; $t_{(196,335)} = -2.57$; $p = .59$).

O mesmo não se verifica para a confiança total, existindo diferenças estatisticamente significativas entre homens (M=20.68; DP=7.66) e mulheres (M=22.94; DP=9.66; $t_{(300)} = -2.00$; $p < .05$). As mulheres surgem então como menos confiantes, pois um score mais elevado representa isso mesmo.

3. Comportamentos abusivos

Neste estudo, 23.8% dos participantes envolvidos num relacionamento amoroso relatam ter sido vítimas de, pelo menos, um ato abusivo durante o último ano e 24.5% admitiram ter adotado este tipo de procedimento em relação ao seu parceiro. A análise de indicadores de violência nas relações passadas refere que 26.5% dos sujeitos foram vítimas de pelo menos um comportamento e 22.3% perpetraram algum tipo deste comportamento.

3.1 Comportamentos abusivos segundo o sexo

Tabela 16. Vitimação (IVC) nas relações atuais e passadas segundo o sexo.

| Vitimação | | Relação Atual | | | Relação Passada | | |
|-----------------------------|-------|---------------|------|--------------|-----------------|------|--------------|
| | | n (%) | p | χ^2 (1) | N (%) | p | χ^2 (1) |
| Física | M | 11 (11.3) | .817 | 1.553 | 12 (12.8) | .411 | 6.106 |
| | F | 27 (13.7) | | | 26 (14.0) | | |
| | Total | 38 (12.9) | | | 38 (13.6) | | |
| Física Severa ¹⁷ | M | 11 (11.3) | .550 | 4.952 | 6 (6.5) | .510 | 4.278 |
| | F | 15 (7.7) | | | 16 (8.5) | | |
| | Total | 26 (8.9) | | | 22 (7.9) | | |
| Emocional | M | 20 (20.2) | .150 | 12.024 | 20 (21.1) | .690 | 5.617 |
| | F | 46 (23.4) | | | 54 (28.6) | | |
| | Total | 66 (22.3) | | | 74 (26.1) | | |
| Global | M | 23 (23,4) | .050 | 21.031 | 23 (25.0) | .210 | 21.377 |
| | F | 51 (26.5) | | | 57 (30.0) | | |
| | Total | 74 (25.4) | | | 80 (29.0) | | |

*M= masculino; F= feminino

Procedemos à utilização do teste de Qui-quadrado (χ^2) de modo a estabelecer comparações entre a vitimação e perpetração da violência nas relações amorosas tendo em conta o sexo dos participantes.

No que diz respeito ao perfil de vitimação encontrado nas relações atuais não se registam diferenças estatisticamente significativas segundo o sexo ($\chi^2(1)= 21.031$ n.s.). Sucedendo o mesmo com a vitimação física, física severa e emocional $\chi^2(1) = 1.553$ n.s.; $\chi^2(1) = 4.952$ n.s.; $\chi^2(1) = 12.204$ n.s.). Apesar da vitimação global não se verificar estatisticamente significativa ($p=.05$) o valor encontra-se no limiar para poder ser considerado.

Quanto à vitimação nas relações passadas, verifica-se novamente na sua globalidade que não existem diferenças significativas entre os dois sexos ($\chi^2 = 31.337$; n.s.) acontecendo o mesmo para a vitimação física ($\chi^2 = 6.106$;

¹⁷ Foi seguida a proposta de Caridade (2008) tendo os comportamentos físicos violentos (apertar o pescoço, ameaçar com armas ou usar a força física, dar murros, dar sovas, dar pontapés ou cabeçadas, bater com a cabeça contra a parede ou o chão, causar ferimentos que não necessitam de assistência médica, causar ferimentos que necessitam de assistência médica e atos sexuais forçados neste fator)

A violência nas relações íntimas: prevalência e estudo de relações com a confiança interpessoal e com a esperança

Bárbara Minas (barbara.fminas@gmail.com) 2014

n.s.), vitimação física severa ($\chi^2=4.278$) e vitimação emocional ($\chi^2= 5.617$; n.s.).

Tabela 17. Perpretação (IVC) nas relações atuais e passadas.

| Perpretação | | Relação Atual | | | Relação Passada | | |
|---------------|-------|---------------|------|--------------|-----------------|------|--------------|
| | | n (%) | p | χ^2 (1) | N (%) | p | χ^2 (1) |
| Física | M | 17 (17.2) | | | 7 (7.4) | | |
| | F | 43 (21.7) | .480 | 3.487 | 30 (15.8) | .679 | 3.863 |
| | Total | 60 (21.2) | | | 37 (13.0) | | |
| Física Severa | M | 5 (5.1) | | | 4 (4.3) | | |
| | F | 9 (4.5) | .817 | .933 | 7 (3.7) | .910 | .821 |
| | Total | 14 (4.7) | | | 11 (11.0) | | |
| Emocional | M | 12 (12.1) | | | 15 (16.0) | | |
| | F | 27 (13.8) | .865 | 1.882 | 36 (18.9) | .550 | 5.99 |
| | Total | 39 (13.2) | | | 51 (18.0) | | |
| Global | M | 21 (21.6) | | | 18 (19.4) | | |
| | F | 53 (27.3) | .164 | 12.963 | 44 (23.8) | .239 | 15.040 |
| | Total | 74 (25.4) | | | 62 (22.3) | | |

Relativamente à perpretação em geral nas relações amorosas atuais e passadas não se verificaram diferenças estatisticamente significativas respetivamente ($\chi^2 = 12.963$; n.s.; $\chi^2 = 15.040$; n.s.) assim como na perpretação física tanto atual como passada ($\chi^2=3.487$; n.s.; $\chi^2= 3.863$; n.s.). No que concerne à perpretação física severa também não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nem em relações atuais nem em relações passadas ($\chi^2=.933$; n.s.; $\chi^2=.821$; n.s.). Quando se procede à análise da perpretação emocional é possível verificar que não existem novamente diferenças estatísticas entre os sexos ($\chi^2=1.882$; n.s.; $\chi^2=15.040$; n.s.).

3.2 Análise detalhada dos comportamentos abusivos na relação atual e passada

Tabela 18. Perpretação e vitimação de comportamentos violentos nas relações atuais e passadas dos participantes.

| | Relações atuais (n=302) | | Relações passadas (n=276) | |
|--|-------------------------|-----------|---------------------------|-----------|
| | Perpretação | Vitimação | Perpretação | Vitimação |
| Comportamentos físicos abusivos | n ^(18%) | n(%) | n(%) | n(%) |
| 1.Puxar o cabelo com força | 8 (2.7) | 4(1.3) | 7(2.3) | 10(3.4) |
| 3.Dar uma bofetada | 27(8.9) | 19(6.3) | 27(9.0) | 24(8.0) |
| 10.Atirar com objetos a outra pessoa | 8(2.6) | 5(1.7) | 10(3.3) | 16(5.3) |
| 13.Dar empurrões violentos | 17(5.6) | 15(5.0) | 17(5.6) | 21(6.9) |
| Comportamentos físicos severos abusivos | | | | |
| 4.Apertar o pescoço | 2(0.7) | 6(2.0) | 2(0.7) | 3(1.0) |
| 5.Ameaçar com armas ou usando força física | 1(0.3) | 2(0.6) | 1(0.3) | 5(1.7) |
| 8.Dar um murro | 3(1.0) | 3(1.0) | 4(1.4) | 10(3.4) |
| 11.Dar uma sova | 3(1.0) | 3(1.0) | 3(1.0) | 6(2.0) |
| 12.Dar pontapés ou cabeçadas | 4(1.3) | 3(1.0) | 4(1.3) | 7(2.3) |
| 15.Bater com a cabeça contra a parede ou contra o chão | 1(0.3) | 2(0.7) | 2(0.7) | 2(0.7) |
| 16.Causar ferimentos que não necessitaram de assistência médica | 2(0.7) | 2(0.7) | 1(0.3) | 5(1.7) |
| 17.Causar ferimentos que necessitaram de assistência médica | - | 1(0.3) | - | - |
| 18.Forçar a atos sexuais | 1(0.3) | 5(1.6) | - | 7(2.3) |
| Comportamentos emocionais abusivos | | | | |
| 2.Insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir” | 47(15.6) | 46(15.2) | 44(14.6) | 62(20.5) |
| 6.Partir ou danificar coisas intencionalmente ou deitar comida para o chão | 17(5.6) | 19(6.3) | 14(4.6) | 23(7.6) |
| 7.Acordar a meio da noite para causar medo | 1(0.3) | 2(0.7) | - | 2(0.7) |
| 9.Impedir o contato com outras pessoas | 6(2.0) | 11(3.6) | 12(3.9) | 26(8.6) |
| 14.Perseguir na rua, emprego ou local de estudo para causar medo | 2(0.7) | 2(0.7) | 2(0.7) | 17(5.6) |

¹⁸ Os números de *missings values* alteraram-se de item para item.

| | | | | |
|--|---------|----------|---------|---------|
| 19. Ficar com o salário da outra pessoa ou não lhe dar o dinheiro para as despesas quotidianas | - | 3(1.0) | - | 1(0.3) |
| 20. Gritar ou ameaçar para meter medo | 29(9.6) | 33(11.0) | 21(6.9) | 30(9.9) |

Analisando a prevalência de comportamentos abusivos nas relações dos participantes foram tidos em conta os sujeitos com uma relação na atualidade ($n=302$) e uma relação no passado ($n=276$).

É possível verificar através da tabela 18 que os comportamentos mais perpetrados nas relações atuais e passadas, são físicos abusivos e emocionais. Os atos mais comuns a nível emocional dizem respeito a *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”* ($n_a=47$; $n_p=44$)¹⁹ e *gritar ou ameaçar para meter medo* ($n_a=29$; $n_p=21$). Por sua vez, os comportamentos físicos abusivos mais perpetrados são: *dar uma bofetada* ($n_a=27$; $n_p=27$), *dar empurrões violentos* ($n_a=17$; $n_p=17$) e *partir ou danificar coisas intencionalmente* ($n_a=17$; $n_p=14$).

No que diz respeito à vitimação, a frequência de comportamentos nas relações passadas é superior, salvo raras exceções como o *apertar o pescoço, acordar a meio da noite para causar medo e ficar com o salário da outra pessoa ou não lhe dar o dinheiro para as despesas quotidianas*. A frequência de comportamentos mais comuns é também a nível emocional e físico: *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”* ($n_a=46$; $n_p=62$), *gritar e ameaçar para causar medo* ($n_a=33$; $n_p=30$), *partir ou danificar coisas intencionalmente ou deitar comida para o chão* ($n_a=19$; $n_p=23$), *impedir o contacto com outras pessoas* ($n_a=11$; $n_p=26$), *dar uma bofetada* ($n_a=19$; $n_p=24$) e *dar empurrões violentos* ($n_a=15$; $n_p=21$).

Embora com menor frequência verificamos a existência de comportamentos físicos severos nas relações atuais e passadas dos participantes. Em termos de interpretação constata-se a existência de atos como *apertar o pescoço, ameaçar com armas ou usando força física, dar um murro/ sova/pontapés ou cabeçadas, bater com a cabeça contra a parede ou contra o chão e causar ferimentos que não necessitam de assistência médica*. Comportamentos como *causar ferimentos que necessitem de assistência médica* ($n_a=1$) verificaram-se apenas ao nível de vitimação (cf. Tabela 18).

3.3 Violência Cruzada

Procedemos à análise do cruzamento dos papéis de vítimas e agressores, com o objetivo de observar se os agressores são unicamente agressores e se as vítimas assumem exclusivamente o papel de vítimas.

¹⁹ Os valores de n_a referem-se a números nas relações atuais e de n_p a números das relações passadas.

Tabela 19. Distribuição do cruzamento dos papéis de vítimas e agressores na relação atual dos participantes. Teste de qui-quadrado (χ^2) para verificação de diferenças.

| Relação Atual | Não Vítima n (%) | Vítima n (%) | χ^2 | p |
|-----------------------|---------------------|-----------------|----------|--------|
| Não Agressor n (%) | 196 (93.8) | 13 (6.2) | 156.711 | .000** |
| Agressor n (%) | 14 (19.4) | 58 (80.6) | | |

**p<.001

É possível verificar através da análise das tabelas (cf. Tabela 19; Tabela 20) que uma grande parte dos sujeitos são simultaneamente vítimas e agressores (N=58, 80.6%) isto é, perpetraram e sofrem comportamentos violentos nas relações amorosas atuais. No que diz respeito às relações passadas cerca de 52 participantes (88.1%) também afirmam sofrer qualquer tipo de comportamento abusivo mas também perpetrar estes comportamentos. Foi considerado maltratante aquele que tiver praticado pelo menos um dos comportamentos indicados ao longo do Inventário. Por outro lado, foi considerado não agressor aquele que responder de forma negativa a todo o Inventário (Machado et al., 2000).

Tabela 20. Distribuição do cruzamento dos papéis de vítimas e agressores na relação passada dos participantes. Teste de qui-quadrado (χ^2) para verificação de diferenças.

| Relação Passada | Não Vítima n (%) | Vítima n (%) | χ^2 | p |
|-----------------------|---------------------|-----------------|----------|--------|
| Não Agressor n (%) | 188 (88.7) | 24 (11.3) | 134.958 | .000** |
| Agressor n (%) | 7 (11.9) | 52 (88.1) | | |

**p<.001

Tabela 21. Distribuição do cruzamento dos papéis de vítimas nas relações passadas e atuais dos participantes. Teste de qui-quadrado (χ^2) para verificação de diferenças.

| | Não Vítima na relação passada n (%) | Vítima na relação passada n (%) | χ^2 | p |
|---|---|---------------------------------------|----------|--------|
| Não Vítima na relação atual n (%) | 157 (78.9) | 42 (11.3) | 23.462 | .000** |
| Vítima na relação atual n (%) | 28 (46.7) | 32 (53.3) | | |

**p<.001

Foi utilizado o mesmo procedimento estatístico para analisar o cruzamento de papéis de vítimas (cf. Tabela 21) e agressores (cf. Tabela 22) na relação atual e passada. Posto isto, averiguamos que 53.3% (n=32) dos participantes foram vítimas na relação no passado e também o são na relação

atual (cf. Tabela 20). No que diz respeito à perpetração, 37 participantes (55.2%) afirmam ser agressores na relação anterior e atual (cf. Tabela 22).

Tabela 22. Distribuição do cruzamento dos papéis de agressores nas relações passadas e atuais dos participantes. Teste de qui-quadrado (χ^2) para verificação de diferenças.

| | Não Agressor na relação passada n (%) | Agressor na relação passada n (%) | χ^2 | p |
|---|---|---|----------|--------|
| Não Agressor na relação atual n (%) | 179 (88.6) | 23 (11.4) | 55.793 | .000** |
| Agressor na relação atual n (%) | 30 (44.8) | 37 (55.2) | | |

**p<.001

4. Crenças sobre a violência conjugal na amostra total

4.1 Escala de Crenças de Violência Conjugal: Análise da consistência interna da ECVC

De acordo com a literatura (Machado, Matos & Gonçalves, 2006) para avaliação da validade da escala procedeu-se a uma análise fatorial dos itens (método dos componentes principais com rotação ortogonal varimax). Das duas vezes que o estudo foi realizado foram detetados 4 fatores, embora com ordens distintas. Como base para esta investigação serão utilizados os resultados do segundo estudo, dada a maior representatividade da amostra que lhe serviu de base. Na versão final da escala, a consistência interna (muito boa) foi obtida através do Alfa de Cronbach ($\alpha=.93$)

Ainda que o estudo anterior com o instrumento em questão revele qualidades psicométricas adequadas, teve-se o cuidado de calcular estatísticas de fiabilidade para a escala completa e fatores, mediante a estimação do seu Alfa de Cronbach pois, como sugerem Hill e Hill (2009), os coeficientes de fiabilidade costumam variar de amostra para amostra. Neste estudo, o Alfa de Cronbach demonstra uma boa consistência interna ($\alpha=.88$). Relativamente aos quatro fatores supracitados, o primeiro fator “legitimação e banalização da pequena violência” apresenta uma consistência interna boa ($\alpha=.88$), assim como o segundo fator “legitimação da violência pela conduta da mulher” ($\alpha=.70$). O terceiro fator “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” demonstra um Alfa de Cronbach de .66²⁰ que indica uma consistência interna favorável tal como

²⁰Em alguns cenários de investigação das ciências sociais, um α de .60 é considerado aceitável desde que os resultados obtidos com esse instrumento sejam interpretados com precaução e tenham em conta o contexto de computação do índice (DeVellis, 2003). DeVellis (2003) afirma que um α entre .65 e .70 é minimamente aceitável.

o quarto e último fator “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” ($\alpha=.67$)

4.2 Comparação de médias pelo t-test, segundo a variável sexo, para os fatores da ECVC

Tabela 23. Comparação de médias (t-test para amostras independentes) para homens e mulheres relativamente às crenças sobre violência conjugal.

| | Sexo | Média | DP | p | t |
|----------|------|-------|-------|-----|------------------------|
| Fator 1* | M | 26.79 | 11.10 | .00 | $t_{(126.526)} = 4.81$ |
| | F | 21.11 | 5.81 | | |
| Fator 2* | M | 17.70 | 7.57 | .00 | $t_{(142.548)} = 4.20$ |
| | F | 14.23 | 4.97 | | |
| Fator 3* | M | 17.06 | 5.04 | .00 | $t_{(300)} = 4.15$ |
| | F | 14.44 | 5.24 | | |
| Fator 4* | M | 12.45 | 6.00 | .00 | $t_{(133.340)} = 3.82$ |
| | F | 9.47 | 3.50 | | |
| ECVC | M | 45.53 | 15.68 | .00 | $t_{(139.823)} = 4.92$ |
| total* | F | 37.08 | 9.97 | | |

*(Fator1: “legitimação e banalização da pequena violência”; Fator2: “legitimação da violência pela conduta da mulher”; Fator3: “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”; Fator4: “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”.)

Procedemos a uma análise de diferenças de médias (t-test para amostras independentes) relativamente ao sexo dos participantes. Neste sentido, foi possível verificar que o sexo masculino faz uma maior banalização da violência e as diferenças são significativas para o total da ECVC ($t(139,823) = 4.92, p < .05$). A magnitude das diferenças das médias foi moderada ($\eta^2 = .07$).

No que diz respeito ao primeiro fator: *legitimação e banalização da pequena violência* o sexo masculino aceitou mais a pequena violência do que o sexo feminino ($M_{mas} = 26.79$; $DP = 11.1$ vs $M_{fem} = 21.11$; $DP = 5.81$). Na *legitimação da violência pela conduta da mulher* também demonstraram existir diferenças significativas entre os sexos, $t_{(142,548)} = 4.20, p < .001$, tendendo os rapazes a considerar mais legítima a agressão por incumprimento dos deveres/expectativas da parceira do que as mulheres ($M_{mas} = 17.70, DP = 7.57$ vs $M_{fem} = 14.23, DP = 4.97$).

No que diz respeito ao terceiro fator *legitimação da violência pela atribuição a causas externas* também se verificam diferenças estatisticamente significativas ($t_{(300)} = 4.15; p < .001$) voltando novamente o sexo masculino a fazer uma maior banalização da violência ($M_{mas} = 17.06, DP = 5.04$ vs $M_{fem} = 14.44, DP = 5.24$).

O último fator, o da *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar* revelou também diferenças estatisticamente significativas entre os sexos ($M_{ma} = 12.45, DP = 6.00$ vs $M_{fem} = 9.47, DP = 3.50$; $p < .001$).

4.3 Comparação de médias (ANOVA) em função da idade para os fatores da ECVC

Tabela 24. Comparação de médias (ANOVA) por idades face aos fatores do ECVC*.

| | Idade | M | DP | p | F _(3, 292) |
|-------------|-------|-------|-------|-----|-----------------------|
| Fator 1* | 18-29 | 21.96 | 7.14 | .00 | 8.34 |
| | 30-39 | 22.69 | 7.75 | | |
| | 40-49 | 24.44 | 8.52 | | |
| | ≥50 | 30.15 | 13.56 | | |
| Fator 2* | 18-29 | 14.47 | 4.89 | .00 | 11.78 |
| | 30-39 | 15.56 | 5.88 | | |
| | 40-49 | 16.46 | 5.65 | | |
| Fator 3* | 18-29 | 14.74 | 4.62 | .00 | 6.84 |
| | 30-39 | 15.00 | 4.80 | | |
| | 40-49 | 16.22 | 5.69 | | |
| Fator 4* | 18-29 | 10.32 | 3.87 | .00 | 7.94 |
| | 30-39 | 10.29 | 3.61 | | |
| | 40-49 | 11.56 | 4.89 | | |
| ECVC Total* | 18-29 | 38.26 | 11.32 | .00 | 9.63 |
| | 30-39 | 39.13 | 11.94 | | |
| | 40-49 | 42.27 | 12.63 | | |
| | ≥50 | 51.55 | 18.63 | | |

*(Fator1: “legitimação e banalização da pequena violência; Fator2: “legitimação da violência pela conduta da mulher”; Fator3: “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas; Fator4: “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”.)

Calculou-se uma ANOVA para analisar as diferenças na Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal segundo a variável idade; a amostra foi dividida em quatro categorias (18-29; 30-39; 40-49; ≥50 anos). Posteriormente recorreremos às comparações múltiplas *a posteriori* de forma a perceber as diferenças existentes.

Existe uma diferença estatisticamente significativa ao nível de $p < .05$ [$F_{(3, 292)} = 8.34$] para a *legitimação e banalização da pequena violência* do ECVC entre os grupos 18-29 (M=21.96; DP=7.14) e ≥50 (M=30.15; DP=13.56); o mesmo se verifica para os grupos 30-39 (M=22.69; DP=7.75) e ≥50 (M=30.15; DP=13.56). A medida de efeito calculada através do eta quadrado revelou-se média (Cohen, 1988), com um valor de .08.

No que diz respeito à *legitimação da violência pela conduta da mulher* constatou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas ao nível de $p < .05$ [$F_{(3, 292)} = 11.78$]. Para o grupo de ≥50 os valores foram consideravelmente mais elevados (M=21.55; DP=11.08) quando comparados com os restantes [18-29 (M=14.47; DP=4.89); 30-39 (M=15.56; DP=5.88); 40-49 (M=16.46; DP=5.65)]. O cálculo do eta quadrado demonstrou uma medida de efeito média (Cohen, 1988) no valor de 0.11.

No fator 3: *legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas* verificaram-se diferenças intergrupais estatisticamente significativas [$F_{(3, 292)}=6.84$; $p<.05$], particularmente entre o último grupo etário [≥ 50 ($M=19.44$; $DP=8.48$)] e os grupos 18-29 ($M=14.74$; $DP=4.62$) e 30-39 ($M=15.00$; $DP=4.80$). Verificou-se novamente uma medida de efeito média (Cohen, 1988) no valor de .07.

No último fator *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar* verificaram-se diferenças estatisticamente significativas ao nível de $p<.05$ [$F_{(3, 292)}=7.94$]. Mais uma vez, o grupo com resultados médios superiores foi o ≥ 50 ($M=14.70$; $DP=8.26$) comparativamente aos grupos de sujeitos mais jovens: 18-29 ($M=10.32$; $DP= 3.87$) e 30-39 ($M=10.29$; $DP=3.61$). Tal como ocorreu nos restantes fatores, através do eta quadrado, constatou-se uma medida de efeito média de .08 (Cohen, 1988).

As diferenças médias obtidas na totalidade dos *scores* do ECVC refletem os resultados individuais de cada fator; também neste caso se registaram diferenças estatisticamente significativas ao nível de $p<.05$ [$F_{(3, 292)}=9.63$], particularmente entre o grupo de sujeitos mais velhos [≥ 50 ($M=51.55$; $DP=18.63$)] face aos restantes [18-29 ($M=38.26$; $DP=11.32$); 30-39 ($M=39.13$; $DP=11.94$); 40-49 ($M=42.27$; $DP=12.63$)]. Um eta quadrado de aproximadamente .10, comprovou a existência de uma medida de efeito média (Cohen, 1988) para os valores totais.

Tabela 25. Comparação de médias (ANOVA) por nível socioeconómico face aos fatores do ECVC*.

| | Nível Socioeconómico | M | DP | p | F _(4, 263) |
|-------------|----------------------|-------|-------|-----|-----------------------|
| Fator 1* | Alto | 20.73 | 5.08 | .02 | 2.978 |
| | Médio/Alto | 21.22 | 6.00 | | |
| | Médio | 22.66 | 8.27 | | |
| | Médio/Baixo | 25.53 | 10.20 | | |
| | Baixo | 23.35 | 7.26 | | |
| Fator 2* | Alto | 13.86 | 3.53 | .01 | 3.849 |
| | Médio/Alto | 13.78 | 4.11 | | |
| | Médio | 15.13 | 5.41 | | |
| | Médio/Baixo | 17.37 | 7.51 | | |
| | Baixo | 15.69 | 5.60 | | |
| Fator 3* | Alto | 14.10 | 3.86 | .01 | 3.201 |
| | Médio/Alto | 14.33 | 3.90 | | |
| | Médio | 15.17 | 5.19 | | |
| | Médio/Baixo | 16.99 | 5.48 | | |
| | Baixo | 15.08 | 5.24 | | |
| Fator 4* | Alto | 9.78 | 2.97 | .00 | 4.482 |
| | Médio/Alto | 9.40 | 2.70 | | |
| | Médio | 10.87 | 4.53 | | |
| | Médio/Baixo | 12.61 | 6.29 | | |
| | Baixo | 10.69 | 3.71 | | |
| ECVC Total* | Alto | 36.30 | 7.88 | .01 | 3.625 |
| | Médio/Alto | 37.00 | 9.55 | | |
| | Médio | 39.39 | 13.04 | | |
| | Médio/Baixo | 44.21 | 14.49 | | |
| | Baixo | 40.01 | 11.21 | | |

*(Fator1: “legitimação e banalização da pequena violência; Fator2: “legitimação da violência pela conduta da mulher”; Fator3: “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas; Fator4: “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”.)

Calculou-se uma ANOVA para analisar as diferenças na Escala de Crenças de Violência Conjugal segundo a variável nível socioeconómico; a amostra foi dividida em cinco grupos (alto; médio alto; médio; médio baixo; baixo). Posteriormente recorreremos às comparações múltiplas *a posteriori* de forma a perceber as diferenças existentes.

Existe uma diferença estatisticamente significativa ao nível de $p < .05$ para a todos os fatores e para o valor total da ECVC, entre os grupos médio/alto e médio/baixo. No fator *legitimação e banalização da pequena violência*, o grupo médio/alto obteve uma média de 20.73 (DP=5.08), enquanto que o grupo médio/baixo alcançou uma média de 25.53 (DP=10.2), para um valor de teste significativo [$F_{(4, 263)}=2.978$; $p < .05$]. O segundo grupo teve pontuações superiores também no fator *legitimação da violência pela conduta da mulher* (M=17.37; DP=7.51), comparativamente com o primeiro [M=13.78; DP=4.11; $F_{(4, 263)}=3.849$; $p < .05$]. A mesma tendência é verificada

para os fatores seguintes - *legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas* [$F_{(4, 263)}=3.201$; $p<.05$] e *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar* [$F_{(4, 263)}=4.482$; $p<.05$] – e para o total do ECVC [$F_{(4, 263)}=3.625$; $p<.05$]. Os cálculos para os eta-quadrados revelaram medidas de efeito pequenas (Cohen, 1988), com valores a oscilar entre .04 e .05.

V - Discussão

Tendo por base os objetivos inicialmente propostos para esta investigação bem como o contributo da literatura na área estudada, discutiremos, de seguida, os resultados alcançados, de modo a compreender se estes vão ao encontro dos estudos já realizados ou se, pelo contrário, nos permitirão pronunciar novas hipóteses. Por conseguinte, procuraremos evitar repetições de conhecimento, e neste ponto serão abordados aqueles aspetos que, de alguma forma, acrescentam nova informação a este estudo.

É importante salientar que qualquer hipótese constitui uma leitura alternativa possível, pelo que é necessário ter cautela no que diz respeito à aplicação das conclusões que se retiram desta investigação. Não obstante, acreditamos que os dados obtidos poderão revelar importantes informações acerca da temática em estudo.

Metodologicamente, a adaptação da escala Rotenberg's *Specific Trust-Scale-Adults*, revelou níveis de consistência interna adequados (Nunally, 1978), com um coeficiente de alfa de Cronbach elevado ($\alpha=.84$). Este resultado permitiu uma análise mais rigorosa da confiança interpessoal.

Atendendo a que aos valores mais elevados na Escala da Confiança Interpessoal correspondem níveis mais baixos dessa mesma confiança e que este mesmo dado deve ser tido em conta na interpretação dos resultados que constam na tabela 14 (Matriz de correlações entre os fatores e total da Escala do Futuro e os fatores e total da Escala da Confiança Interpessoal), a confiança interpessoal evidenciou uma relação positiva, apesar de modesta, com a esperança, corroborando H3, no caso do fator iniciativa e da esperança total. Numa perspetiva otimista, a confiança relaciona-se diretamente com a esperança, o que permite em parte explicar os resultados obtidos: os sujeitos mais confiantes serão também aqueles que estão mais sensíveis e “abertos” a novas oportunidades futuras, nos mais diversos contextos vitais (Govier, 1998). Para além disso, quando a confiança é considerada como um estado psicológico, é facilmente confundida com outros estados psicológicos tais como a esperança, fé, previsão comportamental, etc. (Lewis & Weigert, 1985), o que pode explicar as relações encontradas. As vítimas de violência são um exemplo da relação estreita que se pode estabelecer entre a esperança e a confiança interpessoal. Neste caso, e tal como indica Huyse (2003), a vivência de experiências relacionais negativas (falta de compreensão e empatia), origina sentimentos de isolamento e falta de esperança. É compreensível que, numa relação em que existe violência, o otimismo se veja comprometido: as relações estabelecidas são maioritariamente de desrespeito e desconfiança

(Bloomfield, 2003). Uma vez que na análise dos nossos dados é necessário considerar o baixo valor das correlações observadas (Cohen, 1988), alerta-se para a importância de desenvolver e aprofundar esta questão em futuras investigações.

Considerando os resultados obtidos, segundo os quais as mulheres evidenciam uma menor confiança no parceiro (confirmando parcialmente a H4), a importância conferida por elas às relações interpessoais, comparativamente aos homens, (Haselhuhn, Kennedy, Kray, Van Zant, & Schweitzer, 2014; Maddux & Brewer, 2005), poderá explicá-los em certa parte. Tendo em conta a própria construção do *self*, de acordo com Haselhuhn, Kennedy, Kray, Van Zant e Schweitzer (2014), o sexo masculino tende a seguir uma disposição independente, enquanto o sexo feminino segue uma construção interdependente, mais mediada pela influência dos outros. Este *self* interdependente, tendo em conta que a confiança interpessoal é um constructo que implica reciprocidade na relação, poderá ter uma influência a nível da confiança interpessoal no parceiro amoroso diferente daquela que o *self* com disposição mais independente, do sexo masculino, tem. Cabe referir, no entanto, que as investigações em torno da confiança interpessoal e que abordam o papel do género não são conclusivas, isto é, existem estudos que apontam para um efeito do género (Betts & Rotenberg, 2008) enquanto outros não (Rotenberg et al. 2010). Esta evidência alerta-nos para a necessidade de mais investigação referente às relações entre sexo e confiança interpessoal.

Uma vez mais, atendendo a que valores mais elevados na Escala de Confiança Interpessoal correspondem níveis mais baixos dessa mesma confiança, tivemos este dado em conta na interpretação dos resultados que constam na tabela 13 [(Matriz de correlações entre a escala da Confiança Interpessoal e a Perpetração Atual e Passada (IVC) e Vitimação Atual e Passada (IVC)]. Assim, as notas obtidas na confiança interpessoal devem ser interpretadas em sentido inverso, isto é, as correlações positivas devem passar a ser interpretadas como negativas. Desta forma, no que respeita à associação negativa estabelecida entre a confiança interpessoal e a violência (perpetração e vitimação atuais), foi possível confirmar H2 (*Existe uma relação negativa entre a violência nas relações íntimas e a confiança interpessoal*). Quando estamos a falar de violência, na verdade, podemos referir diversas consequências, sendo que uma delas é a desconfiança em relação aos membros do sexo oposto (Paiva & Figueiredo, 2003), ou aos parceiros, seja qual for o sexo. Com efeito, numa relação em que existe violência, as relações estabelecidas são sobretudo de desrespeito e desconfiança (Bloomfield, 2003). Ao ocorrer uma significativa quebra de confiança e segurança da vítima em relação ao agressor, o bem-estar da vítima é comprometido, bem como o de todo o sistema conjugal (Almeida, 2012). No entanto, de acordo com Battaglia, Finley e Liebschutz (2003), os problemas de confiança observados em sujeitos que já experienciaram situações de violência parecem diferir consoante os casos. Existem mesmo estudos que comprovam que, em determinados contextos relacionais, a desculpa promove e repara a confiança (Kim et al., 2004). Por conseguinte,

pensamos ser da maior importância realizar estudos para explorar melhor a influência da violência referente a parceiros íntimos na confiança interpessoal.

Considerando o objetivo fundamental da investigação, procurou-se compreender a prevalência de violência numa amostra não clínica. Foram encontradas taxas de prevalência da violência concordantes com o estudo de Caridade e Machado (2009, citado em Machado 2010), isto é: 23.8% dos participantes envolvidos num relacionamento amoroso relatam ter sido vítimas de, pelo menos, um ato abusivo durante o último ano, e 24.5% admitem ter adotado este tipo de procedimento em relação ao seu parceiro. A análise de indicadores de violência nas relações passadas refere que 26.5% dos sujeitos foram vítimas de pelo menos um comportamento. Neste estudo, verificou-se ainda que há ainda uma grande prevalência de violência cruzada (80.6% nas relações atuais e 88.1% nas relações passadas). No que diz respeito ao papel de agressor dos sujeitos, observamos que existe uma percentagem considerável (55.2%) a afirmar a perpetração de atos violentos na sua relação passada e na atual. Estes resultados corroboram os resultados de Giordano e colaboradores (2010) com adolescentes e de Paiva e Figueiredo (2004) com estudantes universitários, os quais revelam grandes percentagens de violência cruzada.

Os resultados observados relativamente ao caráter da perpetração de comportamentos violentos sugeriram o predomínio dos atos físicos e emocionais abusivos (Paiva & Figueiredo, 2004; Duarte & Lima, 2006), comparativamente aos atos físicos severos. Tal dado já era esperado, tendo em conta que os atos usualmente perpetrados/recebidos nas relações, são caracterizados por comportamentos como difamar, humilhar, dar uma bofetada, gritar ou ameaçar com o intuito de meter medo, puxar cabelos e impossibilitar contactar com outras pessoas (Machado 2009 citado em Caridade & Machado, 2010; Caridade, 2011). Ao contrário do sugerido por Caridade (2011), face à perpetração de comportamentos físicos severos pelo sexo masculino, os resultados da presente investigação sugerem a inexistência de diferenças estatisticamente significativas, quer para homens quer para mulheres, entre os níveis de perpetração identificados. Contudo, há que considerar que estes dados se podem ver influenciados pela dominância do sexo feminino (n=202) face ao masculino (n=100) na amostra.

Respeitantes à temática da violência, vários estudos epidemiológicos têm sido efetuados no sentido de compreender a forma que esta assume consoante o sexo. Neste âmbito, diversas investigações sugerem que o homem assume o papel de agressor e a mulher o de vítima (Baker, Gregware, & Cassisy, 1999; Archer, 2000; Dasgupta, 2002; Machado, Caridade & Silva 2006; Machado, 2010). Por outro lado, existem outros estudos que alertam para a incidência sobre os homens (Foshee, 1996; Drijber, Reijnders & Ceelen, 2013). Os resultados obtidos nesta investigação não encontraram diferenças estatisticamente significativas relativamente à perpetração e vitimação em função do sexo.

Finalmente, e quanto ao segundo objetivo levantado para esta investigação, verificou-se que a correlação estabelecida entre a violência

(vitimação e perpretação) e a esperança é negativa mas sem resultados significativos (H1).

Relativamente ao que se esperava, Hanley e Snyder (2000) afirmam ser comum em situações de vida mais adversas, a perda de esperança e de motivação em alcançar determinados objetivos. Em contextos de abuso, nomeadamente ao nível da relação amorosa, esta carência pode operar. Se uma mulher cresceu num ambiente abusivo poderá tolerar anos de violência e perder assim o seu pensamento esperançoso (Hemmons, 1981). Esta perda poderá criar nas mulheres um sentimento de impotência e descrença em encontrar caminhos para conseguirem sair da relação. Um estudo de Levingner (1966, citado em Hanley & Snyder, 2000) a propósito das relações maritais, refere mesmo que as esposas, por norma, se queixam de violência física e psicológica, assim como de falta de amor e problemas financeiros. Por outro lado, os maridos tendem a protestar mais sobre incompatibilidade sexual.

Estudo relativo às crenças legitimadoras de violência e variáveis sociodemográficas

As crenças de cariz sociocultural constituem-se como um dos maiores preditores do comportamento abusivo, podendo ter um efeito direto nas agressões perpetradas. Os resultados obtidos para a presente investigação sugerem pouca aceitação da violência, tal como propuseram O'Keefe (1997) e Mendes e Cláudio (2010), em que mais de metade das suas amostras reprovava totalmente a violência nas relações.

Em relação às crenças legitimadoras da violência em função do sexo, os resultados vão ao encontro da hipótese inicial (H5), que pressupunha a existência de diferenças significativas entre os grupos. Os resultados encontrados para a Escala de Crenças da Violência Conjugal (ECVC), demonstram que o sexo masculino apresenta crenças de legitimação da violência mais elevadas do que o sexo feminino, em todos os fatores.

Mesmo com a atenuação das diferenças de papel social entre o sexo masculino e feminino, trazidas pela contemporaneidade, homens e mulheres continuam a ser alvo de diferentes expectativas em torno dos seus papéis sociais (Nogueira, 2001).

A análise das diferenças das médias em cada fator da ECVC, em relação à idade, revelou diferenças significativas entre diferentes faixas etárias (H6), o que corrobora a hipótese estabelecida. Compreensivelmente, as gerações mais velhas evidenciam um maior enraizamento de crenças em torno dos modelos tradicionais de “masculino e feminino” (Fernandes, 2009). Ao terem experienciado por mais tempo relações de poder do homem face à mulher (Fernandes, 2009), é natural que privilegiem crenças associadas à família patriarcal, comparativamente às gerações mais jovens. Considerando os resultados obtidos na legitimação da violência pelos sujeitos mais velhos, este poderão ser parcialmente explicados assumindo este pressuposto. De fato, os resultados obtidos pelo grupo com idades iguais/superiores a 50 anos, na legitimação da violência associada à conduta

da mulher (M=21.55; DP=11.08) e à preservação da privacidade familiar (M=14.70; DP=8.36), foram consideravelmente superiores aos do grupo entre os 18 e os 29 anos [(M=14.47; DP=4.89) e (M=10.32; DP=3.87) respectivamente].

Quanto à hipótese colocada acerca da existência de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos socioeconômicos (H7) face às crenças legitimadoras de violência, esta foi corroborada para os grupos médio/alto e médio/baixo, tal como indicam investigações realizadas previamente (Dias, 1996; Dias, 1998). Kiss et al. (2012), por exemplo, realizaram um estudo focado na ligação entre a pobreza e a violência nos parceiros íntimos, como forma de estudar as variáveis socioeconômicas enquanto fatores de risco na ocorrência da violência. Matos (2006) enaltece a importância dada a estas variáveis (e.g.: nível socioeconômico baixo, desemprego) nos estudos empíricos sobre o tema, enquanto stressores familiares externos na origem de atos violentos.

Limitações e propostas para futuras investigações

Apesar das conclusões e reflexões tecidas, convém reconhecer que esta investigação contém algumas limitações e como tal é necessário ter cuidado com as análises dos resultados efetuados.

Em primeiro lugar, a extensão do protocolo poderá ter influenciado a recolha de informações e as respostas dos participantes. Em segundo lugar, a amostra é suficientemente grande para ser estudada; contudo, caso a amostra fosse estendida, resultados mais fidedignos poderiam ser alcançados. É ainda importante ter em conta que a amostra para este estudo foi constituída maioritariamente por participantes do sexo feminino (n=202), comparativamente ao sexo masculino (n=100), pelo que não se cumpre a condição ideal de um equilíbrio entre as subamostras.

Com a adaptação do instrumento relativo à Escala da Confiança Interpessoal entre Parceiros Amorosos, revela-se essencial investir em investigação teórica e empírica, especialmente quando grande parte dos pressupostos teóricos e resultados das pesquisas sugerem uma variedade de aplicações promissoras do conhecimento nesta área.

VI - Conclusão

Um dos objetivos principais deste estudo passou por verificar a prevalência de comportamentos abusivos (emocionais, físicos e físicos severos), perpetrados ou sofridos em relações atuais ou passadas, numa amostra de sujeitos com idade superior a 18 anos, há pelo menos seis meses num relacionamento. Evidências surgiram da existência de violência entre parceiros íntimos, com uma tendência masculina para a sua banalização. As crenças em torno do tema parecem influenciar tradicionalmente a perceção da violência pelo sexo masculino.

O estudo da magnitude correlacional entre as variáveis perpretação e vitimação, e as dimensões esperança e confiança interpessoal, veio sugerir

A violência nas relações íntimas: prevalência e estudo de relações com a confiança interpessoal e com a esperança

Barbara Minas (barbara.fminas@gmail.com) 2014

uma fraca ligação entre os constructos. Embora não evidenciando relações significativas dignas de destaque, esta investigação demonstrou a necessidade de realização de investigações empíricas futuras.

Nesta investigação, elaborou-se uma revisão da literatura referente à confiança interpessoal nos adultos, expondo-se a teoria e modelo de Rotenberg. De seguida, contribuiu-se para a adaptação “Rotenberg’s Specific Trust-Scale-Adults”, verificando-se a sua adequação e a proposta de, no futuro, serem realizadas investigações com o instrumento supracitado.

Em relação aos planos investigativos no domínio da esperança e dada a importância deste constructo, pensamos ser de maior relevância relacioná-la com diversas áreas da vida do indivíduo e a pertinência de averiguar a sua influência nos processos psicológicos.

Pretende-se que este estudo possa ser um contributo útil para o alargamento dos conhecimentos na área da violência, mais concretamente na exploração das consequências relativamente aos comportamentos violentos. É ainda desejado que se promova a consciencialização e sensibilização para esta temática que é uma realidade presente na atualidade.

Em suma, após uma análise cuidada, podemos verificar que a prevalência de comportamentos violentos entre parceiros íntimos é um fenómeno preocupante que deverá justificar o desenvolvimento de esforços a nível de prevenção e intervenção para que mudanças de atitudes possam ocorrer.

Bibliografia

- Almeida, M. (2009). *Violência Conjugal e Álcool. (In) Existência de uma relação causal?*. Dissertação de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses, apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: a meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126(5), 651-680.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2014). *Totais nacionais 2013*. Acedido em 10 de Agosto de 2014, em: http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2013.pdf.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). (2010). *Manual Alcipe: para o entendimento de mulheres vítimas de violência (2ª ed.)*. Lisboa: APAV.
- Azevedo, C. (2010). *Concepções de esperança de uma mãe ao longo do acompanhamento psicológico da filha: um estudo de caso*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Drijber, B., Reijnders, U. & Ceelen, M (2013). Male victims of domestic violence. *Journal of Family Violence*, 28(1), 173-178.
- Baker, N., Gregwore, P., & Cassidy, M. (1999). Family killing fields: honor rationales in the murder of women. *Violence Against Women*,

- 5(2), 164-178.
- Battaglia, T., Finley, E., & Liebschutz, J. (2003). Survivors of intimate partner violence speak out: trust in the patient-provider relationship. *Journal of General Internal Medicine*, 18(8), 617-623.
- Betts, L. & Rotenberg, K. (2008). A social relations analysis of young children's trust in their peers across the early years of school. *Social Development*, 17 (4), 1039-1055.
- Bloomfield, L. (2003). Reconciliation: an introduction. In D. Barnes & L. Huyse (Eds.), *Reconciliation after violent conflict: a handbook*. Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss: Attachment (2nd ed.)*. London: Hogarth Press.
- Byers, E. & Eno, R. (1991). Predicting men's sexual coercion and aggression from attitudes, dating history, and sexual response. *Journal of Psychology and Human Sexuality*, 4(3), 55-69.
- Bryman, A. & Cramer, D. (1993). *Análise de dados em ciências sociais. Introdução às técnicas utilizando o SPSS (2^a ed.)*. Lisboa: Celta Editora.
- Cardoso, T. (2012). *Confiança interpessoal em crianças e socialização: estudo da sua relação e contributo para a adequação da escala CCCTB para a população portuguesa*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: vitimização e perpetração. *Análise Psicológica*, 4(24), 485-493.
- Caridade, S., Machado, C., & Vaz, F. (2007). Violência no namoro: estudo exploratório em jovens estudantes. *Psychologica*, 46(1), 197-214.
- Caridade, S. & Machado, C. (2010). Violência na intimidade juvenil: prevalência, fatores de risco e atitudes. In C. Machado (Coord.), *Novas formas de vitimação criminal*. Braga: Psiquilibrios Edições.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences (2nd ed.)*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Cruz, A. (2014). *Representações sociais da violência entre parceiros íntimos: estudo exploratório junto de profissionais de saúde: influência do sexo e anos de experiência profissional*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Dasgupta, S. (2002). A framework for understanding women's use of nonlethal violence in intimate heterosexual relationships. *Violence Against Women*, 8(11), 1364-1389.
- Decreto Lei nº 243/2010. (2010). *Resolução do Conselho de Ministros nº 100/2010. Diário da República I Série. Nº243 (17-12-10), 5763-5573*.
- DeVellis, R. (2003). *Scale development: theory and applications (2^a ed.)*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Dias, I. (2004). A violência sobre as mulheres e os idosos. *Psychologica*,

- 36(1), 33-61.
- Dias, I. (2004). *Violência na família: uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Duarte, A. & Lima, M. (2006). Prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro de jovens estudantes portugueses. *Psychologica*, 43(1), 105-124.
- Espinosa, L. (2004). Más allá del género: nuevos enfoques de nuevas dimensiones y direcciones de la violencia en la pareja. *Revista de Pensamiento e Investigación Social [on-line]*. Acedido em 27 de Julho de 2014, em: www.redalyc.org/articulo.oa?id=53700636.
- Fernandes, M. (2009). Papéis sociais de gênero na velhice: o olhar de si e do outro. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 62(5), 705-710.
- Ferreira, M. (2011). *Violência no namoro e vinculação aos pares e ao par amoroso em alunos do ensino secundário e superior*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Fortin, M. (2003). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Lisboa: Lusociência.
- Giordano, P., Soto, D., Manning, W., Longmore, M. (2010). The characteristics of romantic relationships associated with teen dating violence. *Social Science Research*, 39(6), 863-874.
- Goode, W. (1971). Force and violence in the family. *Journal of Marriage and the Family*, 33(4), 624-636.
- Govier, T. (1998). *Dilemmas of trust*. Quebec: McGill-Queen's University Press.
- Haselhuhn, M., Kennedy, J., Kray, L., Van Zant, A., & Schweitzer, M. (2014). Gender differences in trust dynamics: women trust more than men following a trust violation. *Journal of Experimental Social Psychology*. Retrieved from: <http://resource.owen.vanderbilt.edu/facultyadmin/data/research/2408full.pdf>.
- Heckert, D. & Goldolf, E. (2000). Predictors of underreporting of male violence by batterer program participants and their partners. *Journal of Family Violence*, 15(4), 423-443.
- Heise, L., Ellsberg, M., & Gottemoeller, M. (2002). A global overview of gender-based violence. *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, 78(1), 4-15.
- Heise, L., & Garcia-Moreno, C. (2002). Violence by intimate partner In E. Krug, L. Dahlberg, A. Marcy, B. Zwi, & R. Lozano (Eds.), *World Report on Violence and Health*. Geneva: World Health Organization.
- Hendrick, C. & Hendrick, S. (1986). A theory and method of love. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(2), 392-402.
- Hill, M. & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário (2ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Kempel, J., Holmes, J., & Zanna, M. (1985). Trust in close relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49(1), 95-112.
- Kiss, L., Schraiber, L., Heise, L., Zimmerman, C., Gouveia, N., & Watts,

- C. (2012). Gender-based violence and socioeconomic inequalities: does living in more deprived neighbourhoods increase women's risk of intimate partner violence?. *Social Science & Medicine*, 74(1), 1172-1179.
- Krug, E., Dahlberg, L., Mercy, J., Zwi, A., & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.
- Lewis, J. & Weigert, A. (1985). Trust as a social reality. *Social Forces*, 63(1), 967-985.
- Lopez, S., Floyd, R., Ulven, J., & Snyder, C. (2000). Hope therapy: helping clients build a house of hope. In C. Snyder (Ed.), *Handbook of hope: theory, measures and applications*. Orlando: Academic Press.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2004). Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC). In M. Gonçalves, M. Simões, L. Almeida, & C. Machado (Coords.), *Avaliação psicológica: instrumentos validados para a população portuguesa, Vol II*. (pp. 81-98). Coimbra: Quarteto.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2006). *Manual de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC) e Inventário de Violência Conjugal (IVC): escalas de avaliação e manual*. Braga: Psiquilíbrios.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2006). Escala de crenças sobre a violência conjugal (ECVC). *Avaliação psicológica: instrumentos validados para a população portuguesa*, 2(1), 127-140.
- Machado, C. (2010). *Novas formas de vitimação criminal*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Maia, L. (2012). *Violência doméstica e crimes sexuais - um guia para as vítimas, familiares e amigos*. Lisboa: Edições Técnicas.
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e igualdade de Género.
- Maddux, W. & Brewer, M. (2005). Gender differences in the relational and collective bases for trust. *Group Processes & Intergroup Relations*, 8(2), 159-171.
- Maroco, J. & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?. *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65-90.
- Maroco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics (5ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Marques, S., Lopez, S., & Pais-Ribeiro, J. (2009). "Building hope for the future": a program to foster strengths in middle-school students. *Journal of Happiness Studies*, 12(1), 139-152.
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In C. Machado & R. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes. Vol I: Adultos* (pp. 81-130). Coimbra: Quarteto.
- Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho.
- McClure, B. (1996). Domestic violence: the role of the health care

- professional. *Michigan Family Review*, 2(1), 63-75.
- Mendes, E. & Cláudio, V. (2010). *Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica: atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Braga: Universidade do Minho.
- Neves, S. (2007). *Concepções pessoais de competência: contributos para a construção e validação de um modelo compreensivo no contexto de realização escolar*. (Dissertação não publicada). Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto.
- Nogueira, C. (2001). Feminismo e discurso do género na psicologia social. *Psicologia & Sociedade: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social*, 13(1), 107-128.
- Nunnally, J. (1978). *Psychometric theory (2ª ed.)*. New York: McGraw-Hill.
- Oliveira, J. (2010). *Psicologia positiva: uma nova psicologia*. Porto: Legis Editora.
- Pais Ribeiro, J., Pedro, L., & Marques, S. (2006). Contribuição para o estudo psicométrico e estrutural da escala de esperança (de futuro). In: I. Leal, J. Pais-Ribeiro, & S. Neves (Eds.), *Actas do 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde* (pp.75-81). Lisboa: ISPA.
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4(2), 165-184.
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36(1), 75-107.
- Pallant, J. (2005). *SPSS survival manual: a step by step guide to data analysis using SPSS for Windows (Version 12) (2ª ed.)*. Crows Nest: Allen & Unwin.
- Redondo, J., Pimentel, I., Correia, A., & Vicente, H. (2012). Parte I: violência familiar entre parceiros íntimos: da leitura e compreensão à intervenção. In J. Redondo, I. Pimentel, & A. Correia (Coord.), *Manual sarar: sinalizar, apoiar, registar, avaliar, avaliar, referenciar: Uma proposta de Manual para profissionais de saúde na área da violência familiar/entre parceiros íntimos*. Coimbra: Pamasceno.
- Rempel, J., Holmes, J., & Zanna, M. (1985). Trust in close relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49(1), 95-112.
- Rijavec, M. & Marković, D. (2008). Hope, text anxiety and school success. *Metodika*, 16(1), 90-101.
- Rohner, R., Melendez, T., & Kraimer-Rickaby, L. (2008). Intimate partner acceptance, parental acceptance in childhood, and psychological adjustment among american adults is ongoing attachment relationships. *Cross-Cultural Research*, 42(1), 13.
- Rotenberg, K. (1994). Loneliness and interpersonal trust. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 13(2), 152-173.

- Rotenberg, K. (2001). Interpersonal trust across lifespan. In P. Baltes & J. Smelser (Eds.), *International encyclopedia of social and behavioral sciences* (pp. 7866–7868). New York: Pergamon.
- Rotenberg, K., Macdonald, K., & King, E. (2002). The relationship between loneliness and interpersonal trust during middle childhood. *Journal of Genetic Psychology, 165*(13), 233-249.
- Rotenberg, K., Boulton, M., & Fox, C. (2005). Cross-sectional and longitudinal relations among children's trust beliefs, psychological maladjustment and social relationships: Are very high as well as very low trusting children at risk? *Journal of Abnormal Child Psychology, 33*(5), 595-610.
- Rotenberg, K., Michalik, N., Eisenberg, N., & Betts, L. (2008). The relations among young children's peer-reported trustworthiness, inhibitory control, and preschool adjustment. *Early Childhood Research Quarterly, 23*(1), 288-298.
- Rotenberg, K. (2010). The conceptualization of interpersonal trust: a basis, domain and target framework. In K. Rotenberg (Eds.), *Interpersonal trust during childhood and adolescence*. (pp. 8-27). Cambridge: Cambridge University Press.
- Rotenberg, K., Addis, N., Betts, L., Fox, C., Hobson, Z., Rennison, S., Trueman, M. & Boulton, M. (2010). The relation between trust beliefs and loneliness during early childhood, middle childhood and adulthood. *Personality and Social Psychology Bulletin, 36*(1), 1086-1100.
- Seco, G., Casimiro, M., Pereira, M., Dias, M., & Custódio, S. (2005). Para uma abordagem psicológica da transição do ensino secundário para o ensino superior: pontes e alçapões. *Psicologia e Educação, IV*(1), 7-21.
- Simpson, J (2007). Psychological foundations of trust. *Current Directions in Psychological Science, 16*(5), 264-268.
- Simpson, J. (1990). Influence of attachment styles on romantic relationships. *Journal of Personality and Social Psychology, 59*(5), 971-980.
- Snyder, C. (2002). Hope theory: rainbows in the mind. *Psychological Inquiry, 13*(4), 249-275
- Silva, J. (2012). *As competências emocionais em mulheres vítimas de violência conjugal*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa.
- Snyder, C. et al. (2000). The role of hope in cognitive-behavior therapies. *Cognitive Therapy and Research, 24*(6), 747-762.
- Snyder, C. et al. (1991). The will and the ways: development and validation of an individual-differences measure of hope. *Journal of Personality and Social Psychology, 60*(1), 570-585.
- Snyder, C., Lehman, K., Kluck, B., & Monsson, Y. (2006). Hope for rehabilitation and vice versa. *Rehabilitation Psychology, 51*(2), 89-112.
- Tabachnick, B. & Fidell, L. (2007). *Using multivariate statistics* (5th ed.).

Boston: Pearson.

Wieselquist, J., Rusbult, C., & Forster, G. (1999). Commitment, pro-relationship behavior, and trust in close relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77(5), 942-966.

Anexos

Anexos 1. Protocolo de Investigação

Anexo 1.1 Consentimento Informado



Consentimento Informado

Solicitamos a sua colaboração neste estudo, que tem como objectivo analisar a importância de algumas variáveis individuais e familiares na relação com o par amoroso. Esta investigação está a ser desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, pela aluna Bárbara Damiana Fornelos Minas, sob a orientação da Professora Doutora Maria da Luz Vale Dias.

A sua participação neste estudo é voluntária, as informações recolhidas são confidenciais e os questionários são anónimos. Terá o direito e a oportunidade de colocar as questões que considerar pertinentes sobre este estudo, as quais deverão ser respondidas de forma esclarecedora.

Agradecemos a sua colaboração!

Declaro que li e compreendi o texto supra e dou o meu consentimento informado para a colaboração neste estudo.

Rubrica:

Data: ____/____/____

Anexo 1.2 Questionário Sociodemográfico

(não disponível para consulta)

Anexo 1.3 *Rotenberg's Specific Trust Scale-Adults* (adaptação portuguesa de Vale-Dias & Franco-Borges, 2014)
(não disponível para consulta)

Anexo 1.4 Escala de Crenças de Violência Conjugal (ECVC)
(não disponível para consulta)

Anexo 1.5 Inventário de Violência Conjugal (IVC)
(não disponível para consulta)

Anexo 1.6 Escala de Futuro
(não disponível para consulta)

Anexo 2 Autorizações para utilização da Escala de Futuro

FW: escala da esperança para adultos (escala do futuro)

📎 1 anexo (41.2 KB)



Baixar como zip

From: jlpr@fpce.up.pt
To: ba_dfm@hotmail.com
Subject: RE: escala da esperança para adultos (escala do futuro)
Date: Wed, 26 Feb 2014 08:43:10 +0000

Autorizo a utilização da escala de esperança (de futuro) que solicita.
Anexo a escala

José Luis Pais Ribeiro
jlpr@fpce.up.pt
mobile phone: (351) 965045590
web page: <http://sites.google.com/site/jlpaisribeiro/>

Anexo 3 Estatísticas Descritivas

Caraterização da amostra

Frequências e Percentagens segundo o local de residência da amostra total.

| Localidade | N | Percentagem % |
|------------------|-----|---------------|
| Leiria | 130 | 43% |
| Coimbra | 85 | 28.20% |
| Aveiro | 19 | 6.30% |
| Braga | 13 | 4.30% |
| Viana do Castelo | 11 | 3.60% |
| Viseu | 11 | 3.60% |
| Outros | 32 | 10.40% |
| Não responde | 1 | 0.30% |
| Total | 302 | 100% |

Frequências e Percentagens de profissões segundo a Classificação Nacional das Profissões.

| CNP | N | Percentagem % |
|---|-----|---------------|
| Estudante | 142 | 47.0% |
| Especialistas em atividades científicas e intelectuais | 30 | 9.9% |
| Serviços pessoais, proteção, segurança e vendedores | 24 | 7.9% |
| Trabalhador qualificado, indústria, construção e artificies | 21 | 7.0% |
| Pessoal administrativo | 17 | 5.6% |
| Técnicos e profissões de nível intermédio | 16 | 5.3% |
| Trabalhador não qualificado | 15 | 5.0% |
| Profissões forças armadas | 2 | 0.7% |
| Agricultura, pesca, floresta | 1 | 0.3% |
| Representantes do poder legislativo, órgãos executivos, direção, gestores | 1 | 0.3% |
| Não responde | 33 | 10.9% |
| Total | 302 | 100% |